

ORGANIZADORES

RODRIGO SAMUEL SJLENDER
JÉSSICA CINDY KEMPFER
CÉSAR GILMAR TROJAHN FILHO
SUSANA RAFAELA MIRANDA NEVES
VIRGINIA ICLE



XXI FÓRUM DE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO

ULBRA CARAZINHO / RS | 2024



ULBRA
CARAZINHO

© Dos Autores, 2025

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta edição, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Editoração e Capa

Alex Antônio Vanin

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagem da 1ª e 4ª Capa

Adaptação das artes de divulgação do XXI Fórum de Extensão, Pesquisa e Ensino ULBRA Carazinho/RS, ocorrido em 2024.

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)

Athany Gutierrez (UFFS – Passo Fundo)

Cristina Moraes (UDESC)

Diego Ferreto (UNISANTOS)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Erkan Akdogan (Ankara Üniversitesi/Turquia)

Federica Bertagna (UniVR – Itália)

Felipe Cittolin Abal (UPF)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)

José Francisco Guelfi Campos (UFMG)

João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)

Liz Brewster (Lancaster University/Reino Unido)

Marta Chiappe (UdelaR – Uruguai)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F745r Fórum de Extensão, Pesquisa e Ensino ULBRA (21. : 2024 : Carazinho, RS)
[Resumos] do XXI Fórum de Extensão, Pesquisa e Ensino ULBRA [recurso eletrônico] / organizadores, Rodrigo Samuel Sjlender ... [et al.]. – Passo Fundo : Acervus, 2026.
2 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-5230-071-3.

Demais organizadores: Susana Rafaela Miranda Neves, César Gilmar Trojahn Filho, Jéssica Cindy Kempfer, Virginia Icle.

1. Ensino superior - Congressos. 2. Pesquisa científica.
3. Extensão universitária - Congressos. I. Sjlender, Rodrigo Samuel, org. II. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). III. Título.

CDU: 378

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

XXI FÓRUM
DE EXTENSÃO,
PESQUISA E ENSINO
ULBRA Carazinho/RS | 2024

Rodrigo Samuel Sjlender
Susana Rafaela Miranda Neves
César Gilmar Trojahn Filho
Jéssica Cindy Kempfer
Virginia Icle
Organizadores



Comitê Técnico-científico:

Alexandre Ehrhardt
Nilson da Luz Freire
Gabriele Severo da Silva
Jessica Zolim Andreatto Mandelli
Leticia Carolina da Cruz
Letícia Regina Lorenzi
Carina Lopes de Souza

ÍNDICE

Prefácio	11
-----------------------	-----------

GT1

Ciências Naturais, Exatas, Meio Ambiente e Sustentabilidade

Dimensionamento de estação de tratamento de esgoto para a cidade de Sapucaia do Sul/RS	15
--	----

Autor: Guilherme Vieira da Rosa; Co-autor: Leonardo Scarparo;
Orientadora: Amanda Silveira

Dimensionamento de estação de tratamento de efluentes na cidade de Bento Gonçalves/RS.....	17
--	----

Autor: Vitor Szefer Franciosi; Co-autor: Italo Henrique Soares Fath;
Orientador: Amanda Silveira

Direito ao meio ambiente e os impactos da produção e circulação de veículos no Brasil.....	19
--	----

Autor: Marli da Silveira Falcão Bittencourt (1); Co-autor Micheli Anhaia Schuster (1);
Co-autor Valéria Puhl (2); Professora orientadora: Carina Lopes de Souza (3)

Benesses ambientais das estruturas verdes urbanas	21
---	----

Ariane Roani Monteiro; Eduarda Heloisa da Silva Prade; Profa. Karina da Costa

GT2

Tecnologia, Produção, Inovação nas Ciências e Cultura Digital

<i>Software Expert SINTA</i> - aplicado a indústria metal-mecânica	25
--	----

Lucas Daniel Bruxel de Quadros; Emanuel August Andrioli;
Professor Nilson da Luz Freire

IA na Engenharia de Produção: desafios e oportunidades	27
--	----

Autor (1) Juliana Pagnussatt; Co-autor (1); Pedro Luiz Wilges Martins (2);
Marcelo Kaleu Anhaya Marques (3); Orientador (4) Nilson da Luz Freire

GT3

Saúde, Qualidade de Vida, Acessibilidade e Desenvolvimento Humano

- Importância e efeitos da fisioterapia no desenvolvimento de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista..... 31
Autor: Lucas Schneider; Co-autor: Fernanda Luiza Schwalbert;
Orientador: César Gilmar Trojahn Filho
- Orientação e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em universitários 33
Autora: Débora Karem Gomes de Oliveira; Co-autora: Samanta da Rosa Silva;
Co-autora: Thauany Bridi Zillmer; Orientadora Susana Rafaela Miranda Neves;
- Enfermagem no manejo da Diabetes Mellitus TIPO II..... 35
Carine Massmann; Oélika Torres Banaletti; Larissa Wentz Ceccagno;
Susana Rafaela Miranda Neves
- Mulheres vítimas de violência sexual assistidas pelo enfermeiro forense ...37
Alice Fossatti; Cleidiane Vanoni; Bruno Rodrigues Camargo;
Professora Enfermeira: Leandra Tesser da Costa
- Desafios do recém-nascido com fenda palatina e ou lábio leporino 39
Carine Massmann; Oélika Torres Banaletti; Susana Ferrari Loureiro
- O papel do enfermeiro frente a família da vítima de morte encefálica...41
Autora: Fernanda Luiza Schwalbert; Co-autor: Lucas Schneider;
Orientadora: Susana Rafaela Miranda Neves
- A importância da assistência de enfermagem ao paciente portador de Diabetes Tipo 1 43
Marinês Aparecida Alt Toledo; Francyne Gittel Schaeffer; Luíz Bernardo de Quadros;
Professora Enfermeira Susana Rafaela Miranda Neves
- A atuação do enfermeiro em situações de desastres: utilização do método Start..... 45
Autor: Bruno Rodrigues Camargo; Co-autor Alice Fossatti;
Co-autor Gabriele da Silva Dahmer; Orientador: Leandra Sodrêia Tesser Guimarães
- O papel do enfermeiro frente ao Transtorno do Espectro Autista 47
Marinês aparecida Alt Toledo; Débora Peixoto Mafalda; Suyan Von Tryller;
Professora Enfermeira Susana Ferrari Loureiro
- Atuação do enfermeiro no atendimento ao paciente com depressão respiratória: a importância do manejo com a máscara laríngea 49
Marcos Antonio Duarte Filho; Laura de Campos; Susana Rafaela Miranda Neves

A atuação da equipe de enfermagem com a criança traqueostomizada... 51	51
Gabriele da Silva Dahmer; Bruno Rodrigues Camargo; Cleidiane Vanoni; Orientadora Enf Patricia Nicolao	
Desescalada verbal como método de prevenção da contenção mecânica diante de pacientes agitados psiquiátricos..... 53	53
Henrique Dill Ribas (1); Daniel Frederico Toso Alves de Castro (1); Neusa Mabel dos Santos Correa (2); Susana F. Loureiro (4)	
Mães no cárcere: o ato de amamentar nas prisões 55	55
Autor: Jessyca Mariotti Tavares; Co-autor: Diliane Potter; Patrick Dias Ribeiro; Orientador: Susana Rafaela Miranda Neves	
Atuação do enfermeiro frente a prevenção do desmame precoce na atenção primária..... 57	57
Cleidiane Vanoni; Alice Fossatti; Gabriele da Silva Dahmer; Orientador Enf. Esp. Susana Ferrari Loureiro	
Intervenções multiprofissionais a criança oncológica em cuidados paliativos..... 59	59
Carine Massmann; Leandra Sodreia Tesser Guimarães	
Vírus da dengue e as alterações hematológicas 61	61
Autor Nicole Dartora Marchesi; Orientador César Gilmar Trojan Filho	
Sensibilidade ao glúten em paciente com Tireoidite de Hashimoto 63	63
Autor Nicole Dartora Marchesi; Co-autor Laura Jost; Orientador Letícia Carolina da Cruz	
Pneumonia associada à ventilação mecânica por <i>Serratia spp.</i> e os achados laboratoriais 65	65
Autor Laura Jost; Co-autor Nicole Dartora Marchesi; Orientador César Gilmar Trojan Filho	
<i>Gardnerella vaginalis</i> em gestantes 67	67
Autor: Duane de Oliveira Schneider; Co-autor 1:Gabriela Pereira Palauro; Co-autor 2: Liliam Weirich; Orientador: César Gilmar Trojahn Filho	
Diagnóstico laboratorial de anemia hemolítica por deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase (G6PD)..... 69	69
Autor: Ananda Haeffner; Co-autor: Nathalia Locatelli de Freitas; Co-autor: Júlia Gabriela Prestes de Souza. Orientador: Alexandre Ehrhardt	
Atrofia Muscular Espinhal 71	71
Emanuele dos Santos Gomes; Tainara Toigo Jung; Viviane Onofre Oliveira; Letícia Carolina da Cruz	

GT4
Educação, Linguagem, Cultura e Direitos Humanos

Trabalho infantil em nome da arte.....	75
Autora Bruna Cristina de Freitas Kaminski; Professora Orientadora Jéssica Cindy Kempfer	
Direito à alimentação no Brasil: uma avaliação das políticas públicas alimentares e da sua efetividade	77
Autor: Felix Rafael Thomas (1); Co-autor: Marcelo Busch (2); Co-autor: Michael Langaro (3); Professora Orientadora: Carina Lopes de Souza (4)	
Monitor especializado no ensino regular: a garantia do direito à educação, inclusão e desenvolvimento para pessoas com Transtorno do Espectro Autista	79
Laraine Lemos Costa; Alexandre Rittes Medeiros; Rafael Drey; Volmir Marques; Carina Lopes de Souza	
A mistanásia como problema social	81
Autor: Rafael Drey; Professora Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer	
Impactos do bullying na saúde mental das crianças adotadas por famílias homoafetivas	83
Autor (1); Maria Eduarda Machado Co-autor (1); Camyle Corrêa Co-autor (2); Maria Eduarda Shuika Orientadora; Jessica Cindy Kempfer	
A possibilidade de estabelecer questões pessoais no pacto antenupcial e sua limitação	85
Autora: Greici Belcair dos Santos, Professora Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer	
Como a idealização de padrões dificulta o processo de adoção no Brasil... ..	87
Autor (1); Camyle Corrêa Co-autor (1) Maria Eduarda Machado; Co-autor (2); Maria Eduarda Shuika Professora orientadora: Jessica Cindy Kempfer	
Responsabilidade civil do Estado em acidentes de trânsito envolvendo veículo oficial e a ação de regresso: uma análise a partir da jurisprudência do tribunal de justiça do Estado do Rio Grande do Sul... ..	89
Autor: Cleberson Márcio de Almeida Martins (1); Co-autora: Laraine Lemos Costa (2); Co-autora Pamela Soares Rosolen (3); Orientadora: Carina Lopes de Souza (4)	
Pensão alimentícia para pets em caso de separação: um novo olhar jurídico.....	91
Autor (1): Gabriele Caroline Wetter Sprandel Professora Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer	

Separação obrigatória de bens: a viabilidade para maiores de 70 anos escolher seu regime de casamento	93
Autor: Valéria Puhl (1). Professora orientadora: Jéssica Cindy Kempfer (2)	
Reconhecimento legal e proteção jurídica das uniões poliafetivas no Brasil	95
Autor: Gabriele Dos Santos Ribeiro; Professora Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer	
Concubinato no Brasil: desafios e impactos jurídicos	97
Autor: Felix Rafael Thomas (1); Coautora: Gabriele dos Santos Ribeiro (2); Professora Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer (3)	
Aspectos jurídicos da guarda de animais domésticos	99
Autora: Pâmela Soares Rosolen; Co-autor: Cleberson Marcio de Almeida Martins; Co-autor: Alexandre Rittes Medeiros; Orientadora: Profa. Jéssica Cindy Kempfer	
Alimentos avoengos	101
Autor: Aline da Rocha Falcão. Professora orientadora: Jessica Cindy Kempfer	
A (in)eficácia da Lei Maria da Penha.....	103
Autora: Nadiane Chaves Silveira. Coautora: Tamires Gabriela dos Santos Bettio; Coautor: Volmir Marques. Orientador: Angelo Marcos Dorigo.	
Como é a vida das crianças e adolescentes em abrigos	105
Débora Antunes da Rosa; Profa. Me. Gabriele Severo da Silva	

GT5

Gestão e Políticas Públicas

Armas de fogo e legítima defesa: como o direito penal brasileiro aborda o uso de armas em situações de defesa legítima.....	109
Willian Zottis Grapiglia; Orientador: Prof. Angelo Marcos Dorigo	
A vida após o abrigo: como políticas públicas podem contribuir com o desenvolvimento social de jovens desabrigados.....	111
Autor (1) Maria Eduarda Schuika; Co-autor (1) Camyle Corrêa; Co-autor (2) Maria Eduarda Machado; Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer	
A inclusão digital e o registro de boletim de ocorrência online.....	113
Autora: Laraine Lemos Costa (1); Co-autor: Cleberson Márcio de Almeida Martins (2); Co-autor: Volmir Marques; Orientadora: Carina Lopes de Souza (4)	
Alimentos vitalícios entre ex-cônjuges	115
Autor: Natália Pereira Roque; Orientador: Jéssica Cindy Kempfer	

Recursos do Código de Processo Civil..... 117

Autor: Volmir Marques. Coautora: Nadiane Chaves Silveira.

Coautora: Tamires Gabriela dos Santos Bettio. Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer

PREFÁCIO

O XXI Fórum de Extensão, Pesquisa e Ensino da Ulbra Carazinho, realizado entre 18 e 24 de junho de 2024, reafirma o compromisso da nossa Universidade com a integração entre conhecimento científico, formação acadêmica e responsabilidade social. Este evento anual é um espaço de encontro e diálogo que promove a produção coletiva, aproximando estudantes, professores e comunidade das experiências que conectam teoria e prática, ciência e território.

Ao abrir oportunidades para a apresentação de pesquisas, projetos de extensão e práticas de ensino, o Fórum reforça nossa missão de “ser comunidade de aprendizagem, eficaz e inovadora”, comprometida com a transformação das realidades onde a Instituição está inserida. Mais do que divulgar trabalhos, ele estimula reflexão crítica, criatividade e um senso ético de atuação e transformação, que são elementos essenciais para uma formação profissional alinhada às necessidades da sociedade.

Cada trabalho apresentado reflete a dedicação, o estudo e a sensibilidade às demandas da nossa região. São eventos como este que mostram, na prática, o papel da Universidade, presente e comprometida com o desenvolvimento dos acadêmicos nas mais diferentes áreas de atuação.

Que esta publicação inspire novas pesquisas e trabalhos extensionistas, fortalecendo o espírito crítico, a capacidade de solucionar problemas e a inovação na construção de soluções que contribuam para os bens coletivos da sociedade.

Carazinho, novembro de 2025.

Rodrigo Samuel Sjlender

Diretor

GT1

Ciências Naturais, Exatas, Meio Ambiente e Sustentabilidade

É sabido que a cada dia, na comunidade mundial, os desafios ambientais se tornam mais extremos, o meio ambiente por vezes é ignorado e a qualidade de nossas águas, ar e terra prejudicados cada vez mais. As ciências naturais se caracterizam como um conjunto de áreas do conhecimento que abordam o mundo físico e biológico, neste sentido sabemos que falar em meio ambiente sem falar em sustentabilidade é redundante. Assim como falar no corpo humano e qualidade de vida sem abordar questões biológicas é inviável.

Para isso, todas as áreas do conhecimento podem convergir, promovendo ações em prol do meio ambiente e a sustentabilidade. A conexão entre a ciência biológica em que se abrange tanto os seres vivos quanto a natureza permite que estratégias voltadas para melhorias e no reestabelecimento de adequada qualidade de vida acrescido de maiores probabilidades de desenvolvimento consciente e renovável sejam abordadas continuamente. As ciências exatas agregam com o desenvolvimento de matéria prima e maquinários que poderão auxiliar em processos conscientes e renováveis.

Os desafios ambientais atuais são graves e necessitam de atenção, o que nos faz querer construir um futuro sustentável.

Assim, abordar tais temas junto aos acadêmicos possibilita conhecer a realidade e propor melhorias. Ideias debatidas em aula ou durante o Fórum podem ser utilizadas, melhoradas, aplicadas e fazerem a diferença para um futuro sustentável, com utilização de energias renováveis, com conhecimento e modulação das mudanças climáticas e com utilização de tecnologias eficazes e limpas.

Dimensionamento de estação de tratamento de esgoto para a cidade de Sapucaia do Sul/RS

Autor: Guilherme Vieira da Rosa; Co-autor: Leonardo Scarparo;
Orientadora: Amanda Silveira

RESUMO: O saneamento está relacionado ao tratamento e abastecimento público de água, coleta, tratamento e disposição final de esgoto e resíduos sólidos. Assim, o dimensionamento de uma estação de tratamento de esgoto desempenha papel fundamental para garantir a qualidade de água liberada no meio ambiente, de maneira a buscar a preservação dos ecossistemas. O presente projeto buscou realizar o tratamento de esgoto doméstico da cidade de Sapucaia do Sul, localizada no estado do Rio Grande do Sul, com projeção populacional de 132.281 habitantes para o ano de 2053. O tratamento precisa atender a resolução nº 357 CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), para que o efluente seja despejado no Rio dos Sinos, o qual é classificado como Classe 3 – rio de água doce. Dando início ao tratamento, o esgoto passa pelo sistema de tratamento preliminar, denominado Calha Parshall onde é monitorado a vazão de água e retido o material bruto, posteriormente, direcionado para o tratamento primário, o qual é composto por dois decantadores responsáveis pela remoção de sólidos suspensos sedimentáveis. O tratamento secundário tem processos concebidos para acelerar os mecanismos de degrada-

ção que ocorrem naturalmente nos corpos receptores. O principal objetivo deste tratamento é a remoção de matéria orgânica dissolvida e em suspensão não removida no tratamento primário. O tratamento secundário utilizado foi o sistema UASB, composto por quatro reatores, de forma a ocorrer a separação de gases contidos na mistura líquida, de maneira que uma zona propícia à sedimentação seja criada no extremo superior dos reatores. O tratamento secundário ainda conta com o sistema de Lodos Ativados, que se baseia na oxidação da matéria orgânica por bactérias aeróbias, controladas pelo excesso de oxigênio em tanques de aeração. Finalizada esta etapa, o efluente ainda no tratamento secundário, possui um filtro biológico com a finalidade de retirar da água substâncias sólidas, dissolvidas, gases e degradar compostos químicos orgânicos. Diante das etapas de tratamento expostas, foi possível obter no decantador primário uma eficiência de 35%, no UASB 64%, no lodo ativado 85%, e no filtro biológico 80%, chegando a uma eficiência global de 99%. Apesar de não ter sido realizada a avaliação de coliformes, a estação de tratamento de esgoto supre a demanda da população de forma eficiente e possibilita o despejo do efluente tratado.

PALAVRAS-CHAVE: Tratamento, Esgoto, Processos, Eficiência.

Dimensionamento de estação de tratamento de efluentes na cidade de Bento Gonçalves/RS

Autor: Vitor Szefer Franciosi; Co-autor: Italo Henrique Soares Fath;
Orientador: Amanda Silveira

RESUMO: Saneamento refere-se ao conjunto de medidas para garantir o acesso à água potável, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos. É essencial para a saúde pública, prevenindo doenças e melhorando a qualidade de vida nas comunidades. Este projeto visa o dimensionamento de uma estação de tratamento de esgoto em Bento Gonçalves-RS, conforme as diretrizes estabelecidas pela NBR12209/11, pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e pela FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) para o arroio Pedrinho. Os padrões de DBO (Demanda Biológica de Oxigênio) de 3 mg/l e SS (Sólidos Suspensos) de 500 mg/l foram retirados das instruções de referência para este projeto, considerando que o rio pertence à Classe 1. O escopo abrangeu todas as etapas do processo de tratamento, desde as preliminares até as terciárias, com o intuito de garantir a conformidade com tais padrões, assegurando a responsabilidade ambiental. Inicialmente, os parâmetros de DBO e SS foram calculados, atingindo valores de 337,5 mg/l e 375 mg/l, respectivamente. Em seguida, foram implementadas diversas etapas de tratamento, incluindo Calha Parshall, Decantador Primário,

Reator UASB, Lodo Ativado e Filtro Biológico. Cada uma dessas etapas foi dimensionada para garantir a eficácia do tratamento. A remoção de DBO alcançou 99,29%, resultando no valor total de 2,37 mg/l, em conformidade com os parâmetros pré-estabelecidos. Esses resultados evidenciam a eficácia dos processos de saneamento adotados. A implementação bem-sucedida da estação de tratamento de esgoto em Bento Gonçalves-RS representa um marco significativo para a preservação do meio ambiente e para a disponibilidade de água potável na região. A conformidade com as normas ambientais e a eficiência dos processos de tratamento garantem não apenas a qualidade do efluente tratado, mas também a preservação do ecossistema do arroio Pedrinho. Este projeto serve como um exemplo de boas práticas de saneamento, contribuindo para o bem-estar da comunidade e para a sustentabilidade ambiental a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Efluentes, Saneamento, Tratamento.

Direito ao meio ambiente e os impactos da produção e circulação de veículos no Brasil

Autor: Marli da Silveira Falcão Bittencourt (1); Co-autor Micheli Anhaia Schuster (1); Co-autor Valéria Puhl (2). Professora orientadora: Carina Lopes de Souza (3).

RESUMO: Este artigo aborda o direito ao meio ambiente e os impactos oriundos da produção e circulação de veículos no Brasil. O problema de pesquisa investigado é: os instrumentos legais nacionais e internacionais que tutelam o direito ao meio ambiente podem servir como norteador para a produção mais sustentável de veículos no Brasil? O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar se os instrumentos legais nacionais e internacionais que tutelam o meio ambiente podem servir como norteador para a produção mais sustentável de veículos no Brasil. No processo de pesquisa, empregou-se o método de abordagem dedutivo e o método de procedimento bibliográfico. Destaca-se que os veículos automotivos são uma fonte significativa de poluição do ar, responsáveis por cerca de 20% das emissões globais de CO₂, emitindo uma variedade de poluentes que têm impactos negativos na qualidade do ar e na saúde humana. Atualmente a poluição do ar é um dos problemas ambientais de maior relevância, comprometendo a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Um dos principais poluidores está relacionado ao trânsito de veículos provocado pela emissão de gases gerados pelo processo de com-

bustão dos motores e pela poluição sonora. Todos os veículos motorizados são agentes poluidores, incluindo os motores que utilizam combustíveis de fonte renovável, que diferenciam a espécie, grau e intensidade de poluição conforme o tipo de motor e o combustível utilizado. Com base na pesquisa realizada, constatou-se que os instrumentos legais nacionais e internacionais que protegem o direito ao meio ambiente fornecem diretrizes gerais e abrangentes, mas não disciplinam especificamente a produção de veículos no Brasil, o que evidencia a necessidade de iniciativas legislativas complementares nesta área. Assim, é indispensável estimular o desenvolvimento e inovações tecnológicas para veículos automotores, a fim de melhorar a qualidade do ar e preservar o meio ambiente. Como resultado final, entende-se que as ações para a redução da poluição causada pelo sistema de transporte compreendem diversas articulações desde uma produção mais sustentável de veículos até o planejamento de uso e ocupação do solo, melhoria do sistema viário, redução das emissões de poluentes, melhoria na qualidade de combustíveis e adoção de alternativas energéticas de baixo potencial de poluição. Ademais, faz-se necessário desenvolver instrumentos econômicos e fiscais, criar incentivos para a educação, desenvolvimento social e conscientização do ser humano. Por fim, deve-se empregar a tecnologia para acelerar e promover uma rápida e assertiva coleta de dados para reduzir os danos ambientais decorrentes dessa atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Direito ao meio ambiente, Impactos, Instrumentos Legais, Soluções.

Benesses ambientais das estruturas verdes urbanas

Ariane Roani Monteiro; Eduarda Heloisa da Silva Prade;
Profa. Karina da Costa

RESUMO: O conceito de espaços verdes urbanos surgiu no século XVIII como lugares privados destinados ao uso exclusivo da burguesia. A intenção de uso destes espaços era de caráter social, porém muito já se pensava na valorização imobiliária dos locais onde eram implementados. A essa altura, pouco se falava em crise climática e qualidade do ar. O objetivo do presente trabalho é conceituar estruturas verdes urbanas e seus benefícios, elencando o que elas proporcionam de melhor e como é possível se apropriar destas estruturas para melhoria de índices ambientais, sociais e econômicos. Tal análise foi realizada através de revisão bibliográfica fazendo uso de artigos e resumos que tratam do assunto, visando compreender os benefícios da implantação das estruturas verdes em centros urbanos. Problemas crescentes que temos enfrentado como cidades pouco arborizadas, falta de gerenciamento das águas pluviais, solos impermeabilizados, elevação da temperatura em decorrência do asfaltamento em larga escala e diminuição do ar de qualidade trazem danos ao meio ambiente e à qualidade dos assentamentos urbanos. É imprescindível

dível criarmos estratégias para minimizar esses danos, sendo que a implantação de estruturas verdes como corredores verdes que são faixas de vegetação linear que conectam áreas naturais e que promovem a migração de espécies, criam trilhas para caminhadas e ciclismo aumentam a biodiversidade e são uma ótima opção para atenuar malefícios da crise climática e propiciar melhoria na qualidade de vida da população. Tecnologias que permitem absorção e filtragem de águas pluviais, como jardins de chuva e pavimentos permeáveis, reduzem o risco de enchentes e melhoram a qualidade da água, sendo outra estratégia benéfica de caráter ambiental. Coberturas de edifícios utilizando vegetação, proporciona isolamento térmico, captação de água pluvial e melhoria da qualidade do ar. Estruturas verticais cobertas por plantas ajudam a purificar o ar, reduzir a poluição sonora, melhorar o isolamento térmico e fornecer *habitat* para a fauna, sendo estratégias que trazem benefícios ambientais importantes para a redução do consumo energético de edificações, além de promover ambiente agradável ao convívio social dos usuários das edificações. A atenuação da crise climática e melhoria de aspectos ambientais para melhor qualidade de vida nos centros urbanos é urgente. Pequenas atitudes como a implementação de estruturas verdes, são capazes de proporcionar conforto e saúde para a população. Cabe às próximas gerações a manutenção e o legado de respeito com o meio ambiente, para todos viverem em simbiose.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura Verde, Meio Ambiente, Crise Climática.

GT2

Tecnologia, Produção, Inovação nas Ciências e Cultura Digital

O Grupo de Trabalho 2 tem como eixo central a reflexão e a produção de conhecimento voltadas às transformações tecnológicas e digitais que impactam os processos produtivos, a cultura científica e as formas contemporâneas de inovação. Nesta perspectiva, o GT reúne pesquisas que articulam inteligência artificial, desenvolvimento de software, automação e avanços da Indústria 4.0, dando visibilidade às contribuições científicas que aproximam a pesquisa acadêmica das demandas emergentes do setor produtivo e tecnológico.

As discussões propostas neste espaço evidenciam a crescente complexidade dos ambientes industriais e culturais na era digital, bem como a necessidade de integrar competências multidisciplinares para enfrentar desafios reais de produção, eficiência, sustentabilidade e inovação. Assim, o GT2 torna-se um ambiente estratégico para o compartilhamento de experiências, resultados de pesquisa e práticas tecnológicas aplicadas a diferentes áreas das ciências e da engenharia.

Neste encontro, destacam-se trabalhos que abordam desde soluções inteligentes para otimização operacional na indústria metal-mecânica até análises críticas sobre o papel da inteligência artificial na Engenharia de Produção, apontando avanços, limita-

ções e possibilidades de inovação. Juntos, esses estudos reforçam a importância da pesquisa aplicada e do desenvolvimento tecnológico como pilares para a formação profissional, para o fortalecimento da competitividade industrial e para a construção de uma cultura digital crítica e inovadora no Brasil.

Que este GT seja, portanto, um espaço de diálogo, descoberta e construção coletiva, promovendo conexões entre conhecimento científico, inovação tecnológica e as múltiplas realidades que compõem as ciências e a cultura digital contemporânea.

Software Expert SINTA - aplicado a indústria metal-mecânica

Lucas Daniel Bruxel de Quadros; Emanuel August Andrioli; Professor Nilson da Luz Freire

RESUMO: Ao longo da história, estudiosos dedicaram-se à análise de vários aspectos constitutivos da inteligência humana. E, embora o estudo sobre a inteligência tenha iniciado no campo de estudo da filosofia, ele extrapolou o âmbito filosófico e o tema passou a ser estudado por outros campos do saber humano, tais como engenharia, psicologia, computação, visando aspectos práticos e comerciais. (GANASCIA, 1993). A crescente complexidade dos processos industriais e a busca por eficiência e qualidade impulsionaram a adoção de sistemas de inteligência artificial. Entre esses, destaca-se o Expert SINTA, uma ferramenta baseada em redes neurais e algoritmos de aprendizado de máquina, oferecendo soluções avançadas para otimização de processos, manutenção e controle de qualidade. Este estudo explora a aplicação do *software* na indústria metal-mecânica, setor caracterizado por processos de produção intensivos e a necessidade de alta precisão. O trabalho objetiva analisar como o *software* pode ser implementado em empresas de metal-mecânica para aprimorar a eficiência operacional, reduzir custos de manutenção e melhorar a qualidade dos produtos. Especificamente, o estudo visa identificar os principais benefícios e desafios associados à adoção dessa tecnolo-

gia. A pesquisa foi conduzida por meio de um estudo de caso em uma empresa de médio porte do setor metal-mecânico. Foram coletados dados históricos de produção, manutenção e qualidade ao longo de um período de 12 meses. O Expert SINTA foi então implementado para monitorar o desempenho das máquinas, prever a demanda de produção e identificar padrões de defeitos nos produtos. A análise dos dados foi realizada utilizando técnicas estatísticas e de mineração de dados para avaliar a precisão e a eficácia do sistema. Os resultados demonstraram que o *software* Expert SINTA melhorou significativamente a eficiência dos processos produtivos, com um aumento de 15% na produtividade e redução de 20% nos custos operacionais. A Manutenção preditiva possibilitou a identificação precoce de falhas mecânicas, reduzindo tempo de inatividade não planejado em 25%. Além disso, o controle de qualidade automatizado identificou defeitos com uma precisão de 98%, minimizando o retrabalho e o desperdício de materiais. Esses achados indicam que a implementação do Expert SINTA pode levar a uma produção mais eficiente e a um melhor aproveitamento dos recursos. A aplicação do Expert SINTA na indústria metal-mecânica mostrou-se vantajosa, promovendo melhorias significativas na eficiência, redução de custos e aprimoramento da qualidade dos produtos. No entanto, a adoção dessa tecnologia requer um investimento inicial considerável e a capacitação dos funcionários para operar e interpretar dados gerados pelo sistema. Futuros estudos podem explorar a aplicação do Expert SINTA em outras áreas industriais e avaliar o impacto a longo prazo dessa tecnologia.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial, *Software*, Sistemas Especialistas

IA na Engenharia de Produção: desafios e oportunidades

Autor (1) Juliana Pagnussatt; Co-autor (1); Pedro Luiz Wilges Martins (2);
Marcelo Kaleu Anhaya Marques (3); Orientador (4) Nilson da Luz Freire

RESUMO: Na era da Indústria 4.0, a questão central é como a Inteligência Artificial (IA) pode otimizar os processos na Engenharia de Produção. A Indústria 4.0 representa uma nova fase na organização e controle da cadeia de valor ao longo do ciclo de vida dos produtos. Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto da IA nos processos produtivos, focando nas suas contribuições para a eficiência e inovação. A metodologia empregada inclui uma revisão bibliográfica e documental para fundamentar a discussão teórica e prática. O projeto foi desenvolvido para identificar as vantagens e desafios da aplicação da IA na Engenharia de Produção. Os objetivos deste projeto são investigar e avaliar a aplicação da IA na Engenharia de Produção, com foco na Indústria 4.0. Especificamente, busca-se: analisar as principais tecnologias de IA utilizadas na Indústria 4.0; avaliar os impactos da IA na eficiência dos processos produtivos; e identificar os desafios e barreiras na implementação da IA na Engenharia de Produção. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica e documental, com abordagens dedutiva, indutiva e hipotético-dedutiva. A pesquisa bibliográfica envolve a revisão de literatura existente sobre

o tema, enquanto a pesquisa documental examina relatórios, artigos científicos e estudos de caso relevantes. Este método permite uma compreensão abrangente e fundamentada do impacto da IA na Engenharia de Produção. Os resultados preliminares indicam que a implementação da IA na Indústria 4.0 pode levar a melhorias significativas na eficiência dos processos produtivos. Isso é alcançado através da automação inteligente, previsão de falhas e otimização da cadeia de suprimentos. No entanto, a discussão revela desafios, como a necessidade de investimentos elevados, a resistência à mudança por parte dos funcionários e a complexidade de integrar a IA com sistemas existentes. Comparações com a literatura mostram que, embora as vantagens sejam substanciais, a adoção plena da IA exige um planejamento estratégico rigoroso e treinamento contínuo. A IA representa um avanço significativo para a Engenharia de Produção na era da Indústria 4.0, oferecendo inúmeras oportunidades para aprimorar a eficiência e inovação dos processos. No entanto, a adoção dessas tecnologias requer uma abordagem cuidadosa, com foco na superação dos desafios identificados e maximização dos benefícios potenciais.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial (IA), Indústria 4.0, Engenharia de Produção.

GT3

Saúde, Qualidade de Vida, Acessibilidade e Desenvolvimento Humano

Saúde e qualidade de vida é tema de debate amplo nos mais diversos meios de comunicação, abordar os melhores meios de alcançar excelência em ambos remete a probabilidade de longevidade e bem-estar físico e mental. Em contraponto, sabe-se que a acessibilidade aos componentes necessários para a conquista deste fator envolve questões sociais, políticas, pessoais e comportamentais do ser humano.

Neste sentido, cremos que o desenvolvimento da pessoa humana parta da essência do cuidado consigo e com o outro bem como a interligação já existente ou desenvolvida entre a saúde, qualidade de vida, acessibilidade e o por fim o progresso do ser.

A universidade é campo de aprendizagem onde se instiga a curiosidade pelo saber, a busca pela inovação e o desenvolvimento de tecnologias atuais que poderão construir uma sociedade composta por profissionais não só capacitados como também com olhar humanizado e respeitoso pelo outro. Assim, conseguiremos promover a formação do futuro profissional da área da saúde. Os resumos apresentados no evento demonstram a importância e a presença de temas relevantes para os acadêmicos dos cursos de graduação da ULBRA Carazinho, os quais poderão

estar permitindo um viés para novos estudos e o aprimoramento profissional.

A abordagem em saúde não remete apenas a ausência de doença, mas a presença de bem-estar físico, mental e social. Assim, o indivíduo consegue perceber sua posição no contexto cultural, de valores, de objetivos e de preocupações, o que abrange a qualidade de vida. Da mesma forma, a acessibilidade, como um direito universal, busca a inclusão, fazendo com que nossos discentes demonstrem empatia.

O aprofundamento em tais temas demonstra como podemos ser melhores e como o ser humano está sempre em desenvolvimento. Assim, pode-se ver que é por meio da pesquisa que poderemos aprimorar o saber do nosso acadêmico e contribuir para uma sociedade mais humanamente desenvolvida.

Importância e efeitos da fisioterapia no desenvolvimento de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista

Autor: Lucas Schneider; Co-autor: Fernanda Luiza Schwalbert; Orientador: César Gilmar Trojahn Filho

RESUMO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurobiológica que afeta o desenvolvimento neurológico e comportamental, gerando déficits na comunicação social e padrões repetitivos de comportamento. Para a realização da pesquisa, detém-se de uma revisão de literatura através da análise de artigos dispostos em base de dados como Google Acadêmico e BVS no período de 2019 a 2024, os artigos foram selecionados respeitando os seguintes descritores: “Reabilitação”, “Serviços de Fisioterapia”, “Transtorno do Espectro Autista”, também, aqueles artigos que encontravam-se em português, publicados no respectivo período de tempo mencionado e que respondessem ao objetivo do estudo. A análise de tais artigos permite observar que a fisioterapia com crianças portadoras do autismo revela resultados promissores, destacando sua eficácia de forma abrangente. Muitas crianças com TEA também enfrentam dificuldades na coordenação motora, afetando suas habilidades funcionais e participação em atividades diárias. Através desse estudo objetiva-se compreender a importância e os efeitos que o tratamento fisio-

rapêutico trás a crianças portadoras de tal transtorno. Constatou-se que a fisioterapia impacta positivamente em diversas áreas, englobando desde a promoção da interação social e o desenvolvimento da linguagem e comunicação até a melhoria do equilíbrio e dos movimentos anormais. Esses benefícios não apenas contribuem para um progresso significativo no desenvolvimento infantil, mas também elevam substancialmente a qualidade de vida das crianças diagnosticadas com o transtorno do espectro autista.

PALAVRAS-CHAVE: Reabilitação, Serviços de Fisioterapia, Transtorno do Espectro Autista.

Orientação e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em universitários

Autora: Débora Karem Gomes de Oliveira; Co-autora: Samanta da Rosa Silva; Co-autora: Thauany Bridi Zillmer; Orientadora Susana Rafaela Miranda Neves;

RESUMO: Introdução: As Infecções Sexualmente Transmissíveis são doenças transmitidas pelo contato sexual, por via oral, vaginal, ou anal, sem o uso do preservativo com uma pessoa infectada. Os estudantes universitários são apontados como um grupo de jovens adultos com alto risco de adquirir IST's. Com este trabalho, buscaremos realizar o informativo da orientação e prevenção das IST's. Objetivo: busca-se através desse trabalho conhecer os principais fatores de risco dos jovens acadêmicos a adquirirem ISTs. Metodologia: O estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada no mês de outubro, usando as bases científicas de pesquisa do Google acadêmico dos anos de 2017 a 2018. Resultados e discussões: As ISTs são transmitidas principalmente por contato sexual. Tais infecções, na sua maioria, possuem altas taxas de incidência. Nesse sentido, muitas vezes estão associadas à discriminação e violência por grande parte da sociedade. Uma das faixas etárias de maior vulnerabilidade à infecção por ISTs é a população jovem dentre eles os universitários por seus comportamentos de risco e a recusa no uso de preservativos. Mais de 30

agentes etiológicos (vírus, bactérias, fungos e protozoários) estão envolvidos nas etiologias das ISTs. Dentre elas ressaltam-se as de maior impacto e mais prevalentes: Vírus da Imunodeficiência Humana, Sífilis e Papiloma vírus Humano. Considerações finais: A comunidade acadêmica, sendo na maioria de uma população jovem, está mais vulnerável a adquirir as IST's, todavia, um grupo propício para intervenções de saúde, afim de diminuir o contágio de ISTs. Fatores comportamentais, informações de fontes não qualificadas podem interferir no comportamento sexual, tornando-os mais suscetíveis a contaminação.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente; Teste rápido; Ist's.

Enfermagem no manejo da Diabetes Mellitus TIPO II

Carine Massmann; Oélika Torres Banaletti; Larissa Wentz Ceccagno; Susana
Rafaela Miranda Neves

RESUMO: Diabetes mellitus tipo II, é uma condição crônica, caracterizada por altos níveis de glicose no sangue devido à resistência à insulina e a insuficiência na produção de insulina, é influenciada por fatores genéticos e ambientais ou combinados, se destaca pela complexidade de sua prevenção e manejo, entender a Diabetes tipo II é fundamental para desenvolver estratégias eficazes para mitigar seu impacto sendo esta considerada um desafio para o indivíduo afetado e para o SUS. O objetivo são estratégias de orientação e prevenção que são essenciais para conter a crescente prevalência da doença, dando ênfase na mudança no estilo de vida e reeducação para cada pacientes em sua individualidade, e o monitoramento contínuo de fatores de risco que são medidas que detectam de forma precoce facilitando a intervenção médica, e dos avanços no desenvolvimento de medicamentos cada vez menos invasivos essenciais para melhorar os resultados a longo prazo dos pacientes com Diabetes Tipo II. O estudo de Diabetes se deu por meio de revisão bibliográfica em artigos científicos, manuais do Ministério da Saúde e Sociedade Brasileira de Diabetes. Por ser um distúrbio que ocorre no organismo, com maior prevalência nos adultos, trazendo ao paciente

várias complicações. Muitos pacientes acometidos pela Diabetes tipo II, podem ser assintomático por isso a importância de um bom estilo de vida e a realização de exames de rotina, mas, os sintomáticos podem apresentar visão turva, aumento da micção, fadiga, cicatrização de feridas mais lenta, formigamento dos pés e mãos, entre outros. O manejo da Diabetes Tipo II é um desafio multifacetado que exige uma abordagem personalizada e a integração de estratégias preventivas eficazes e opções terapêuticas inovadoras para controlar a condição crônica e minimizar suas complicações. Conforme o estudo realizado fica evidente que a mudança no estilo de vida e reeducação, quanto nos farmacológicos avançados adaptados às necessidade de cada paciente e com menores efeitos colaterais, contribuem significativamente no controle glicêmico mais efetivo, o que é vital para a prevenção de complicações a longo prazo.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência ao paciente, Diabetes Mellitus tipo II, Estilo de vida

Mulheres vítimas de violência sexual assistidas pelo enfermeiro forense

Alice Fossatti; Cleidiane Vanoni; Bruno Rodrigues Camargo; Professora
Enfermeira: Leandra Tesser da Costa

RESUMO: A Enfermagem Forense foi reconhecida no Brasil em 2011 por meio da Resolução do COFEN de nº 389. Fundamentada em pressupostos técnico-científicos relacionados aos preceitos médico-legais, a Enfermagem Forense une a ciência da enfermagem com os aspectos forenses no cuidado a saúde, principalmente no atendimento a mulheres vítimas de violência sexual, desde a Unidade Básica até os serviços de Emergência. O objetivo do estudo foi analisar a importância da assistência do enfermeiro forense no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que utiliza o método de revisão integrativa de literatura. Os critérios de inclusão estabelecidos foram os artigos científicos em português, inglês e espanhol que agregaram valor informativo à pesquisa de acordo com a temática proposta e com os descritores, que foram publicados entre os anos de 2011 à 2022. Obteve-se um número aproximado de 547 (quinhentos e quarenta e sete) estudos, e destes, utilizou-se no estudo, 23 artigos. Considera-se que, uma vez que os Enfermeiros são os principais profissionais responsáveis pela prestação de cuidados à vítima, deve-se capacitar esses profissionais através

da implementação de tópicos sobre a Enfermagem Forense nos cursos de graduação, bem como, a disponibilização de cursos de especialização e treinamento nos serviços existentes de abordagem a vítimas de violência sexual; tendo em vista que profissionais bem capacitados sabem as condutas a serem tomadas para o êxito do trabalho e estabelecem uma relação de confiança com a vítima, possibilitando um atendimento de excelência, facilitando os processos.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência de Enfermagem. Enfermagem Forense. Violência Sexual.

Desafios do recém-nascido com fenda palatina e ou lábio leporino

Carine Massmann; Oélika Torres Banaletti; Susana Ferrari Loureiro

RESUMO: Fenda palatina e lábio leporino são malformações congênitas de apresentação variável que ocorre durante o desenvolvimento do embrião, podendo ser causados por fatores não genéticos, genéticos, de interação de genes ou teratógenos, essas malformações orofaciais podem se apresentar de forma incompleta, completa, em profundidade, unilateral ou bilateral. O objetivo do presente estudo é elucidar sobre a malformação orofacial, não apenas como alteração estética mas como causa de problemas alimentares prejudiciais à nutrição, crescimento e desenvolvimento, distúrbios respiratórios, da fala, da audição e infecções recorrentes, além de problemas emocionais, sociais, educacionais e autoestima. O Recém-nascido acometido pela malformação necessita acompanhamento durante toda a vida como medida de orientação, promoção e prevenção de agravos, com finalidade de monitorar o crescimento e desenvolvimento, isso requer a articulação entre todos os profissionais de saúde, desde atenção básica e média complexidade, visando promoção da saúde, até alta complexidade, para a reabilitação. Foi realizada pesquisa de revisão bibliográfica com busca em bases de dados, Google acadêmico, SCIELO e BVS. Nas malformações congênitas orofaciais,

não existe tratamento universal, cada criança precisa do seu plano terapêutico individual que deve ser revisado a cada avaliação, para atender às necessidades da criança levando em consideração seu diagnóstico. Os procedimentos cirúrgicos são variados, o fechamento do lábio deve ser realizado entre 2 e 6 meses de vida e do palato, entre 6 e 18 meses de vida, e podem ocorrer procedimentos cirúrgicos adicionais. Devido a essa malformação, alimentar esse recém-nascido não é uma tarefa fácil, mas essencial, e o maior desafio enfrentado pelos lactentes é sugar o peito da maneira correta. Para evitar escape de leite, regurgitação nasal, cansaço durante as mamadas e gasto calórico, além de engolir muito ar. Esses problemas podem ser minimizados com o posicionamento adequado do bebê na hora da mamada, a utilização de mamadeiras apropriadas, e uso do copinho com o leite materno ordenhado, isso ajudará a fortalecer a musculatura facial, a higiene bucal precisa ser realizada diariamente para remover os restos alimentares, para que a criança se habitue ao manuseio da cavidade bucal. Malformações congênitas orofaciais, são um problema de saúde pública e requerem a interação entre os sistemas, orientação e monitoramento constante para a prevenção de agravos, garantindo cuidado e suporte a criança afetada.

PALAVRAS-CHAVE: Fenda labial, Fissura palatina, Recém-nascido.

O papel do enfermeiro frente a família da vítima de morte encefálica

Autora: Fernanda Luiza Schwalbert; Co-autor: Lucas Schneider; Orientadora:
Susana Rafaela Miranda Neves

RESUMO: A morte encefálica é um momento de grande delicadeza, envolvendo tanto a esperança quanto a tristeza para as famílias. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha um papel crucial na prestação de cuidados, tanto ao paciente quanto à família. Objetivo: Este estudo visa analisar os cuidados de enfermagem prestados à família de vítimas de morte encefálica, destacando sua importância e os desafios enfrentados nesse processo. Metodologia: realizou-se uma pesquisa descritiva por meio de revisão bibliográfica, utilizando bases de dados como BVS, Ministério da Saúde, ABTO e Google Acadêmico. Foram selecionados 13 artigos publicados entre 2009 e 2022, com foco nos cuidados de enfermagem à família em casos de morte encefálica. A análise dos artigos revelou a importância do enfermeiro na otimização do processo de doação de órgãos e no suporte à família durante todo o processo. Os cuidados incluem a comunicação eficaz, o apoio emocional, o esclarecimento de dúvidas e a promoção de um ambiente acolhedor. Com o presente estudo concluiu-se que o enfermeiro desempenha um papel fundamental na assistência à família de vítimas de morte encefálica, contribuindo para uma experiência mais digna e compassiva. Programas de treinamento

e atualização constante são essenciais para garantir uma abordagem multidisciplinar e eficaz nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE: cuidados de enfermagem, família, morte encefálica.

A importância da assistência de enfermagem ao paciente portador de Diabetes Tipo 1

Marinês Aparecida Alt Toledo; Francyne Gottle Schaeffer; Luíz Bernardo de Quadros; Professora Enfermeira Susana Rafaela Miranda Neves

RESUMO: A Diabetes Mellitus (DM) tipo 1 representa cerca de 5 a 10% dos diabéticos. Comumente acomete crianças e adolescentes onde o sistema imunológico ataca equivocadamente as células beta e pouco ou nenhuma insulina é liberada para o corpo. Essa glicose fica no sangue ao invés de ser usada como energia. O objetivo do presente estudo é mostrar os sinais e sintomas do diabético do tipo 1, sinalizar a gravidade da patologia e evidenciar os cuidados de enfermagem ao paciente portador da doença. Elaborado com base em revisão bibliográfica compreendendo artigos dos últimos cinco anos em base de dados Google acadêmico, Scielo e sites governamentais que apontem assuntos e estudos relevantes sobre diabetes tipo 1. A bibliografia consultada cita que a destruição autoimune das células betas das ilhotas pancreáticas ainda não é totalmente compreendida, podendo estar relacionada a interações entre genes de suscetibilidade, autoantígenos e fatores ambientais. O Tipo 1 aparece geralmente na infância ou adolescência e é sempre tratada com insulina, medicamentos, planejamento alimentar e atividades físicas, para ajudar a controlar o nível de glicose no sangue. A diabetes tipo

I já é a quarta causa de óbito no país e a segunda doença crônica mais comum em crianças e deve ser observada com cuidado. Em pacientes com o diagnóstico definido, é preciso estar atento aos sintomas de elevação prolongada da glicemia, como febre, vômitos, poliúria, dor abdominal e taquipneia, ainda feição triste, suor em excesso, vertigens, sonolência, tremores ou fraqueza. Fome frequente, sede constante, perda de peso, fadiga, mudança de humor também podem ser detectados. Cabe ao enfermeiro estar atento aos sinais para evitar complicações como retinopatia diabética, nefropatia diabética, neuropatia diabética, cetoacidose diabética, coma e morte. A partir do estudo realizado acerca do tema foi possível estabelecer a importância do cuidado de enfermagem e do olhar do enfermeiro ao paciente portador da Diabetes tipo 1. É o enfermeiro que vai atentar aos sintomas; orientar processos; após o diagnóstico, vai auxiliar o paciente e a família a se reestruturar diante na nova rotina imposta; vai monitorar, ouvir e auxiliar com todo aparato informativo diante de situações que surgirão.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência de enfermagem, Diabetes mellitus tipo 1, Diabético.

A atuação do enfermeiro em situações de desastres: utilização do método Start

Autor: Bruno Rodrigues Camargo; Co-autor Alice Fossatti; Co-autor Gabriele da Silva Dahmer; Orientador: Leandra Sodréia Tesser Guimarães.

RESUMO: Enfrentar situações de calamidade, como desastres naturais ou acidentes graves, pode ser um grande desafio. O enfermeiro desempenha um papel fundamental, onde esse profissional precisa estar preparado e capacitado para atender as vítimas, sabendo gerenciar os recursos de maneira efetiva e eficaz, tomando decisões rápidas e seguras diante de uma cinemática com múltiplas vítimas. O objetivo do estudo foi identificar a atuação do enfermeiro em situações de desastres e a utilização do método START. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com busca nos artigos publicados bases de dados - Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e Google, do ano de 2006 a 2023; foram selecionados 22 artigos. Após resultados foi possível nominar duas categorias: O enfermeiro atuando em situações de desastres e A utilização do método START em situações de desastres. Os resultados obtidos mostram que a atuação do enfermeiro em situações de tragédia faz toda a diferença no atendimento, salvando maior número de vítimas; como também, a importância do uso da metodologia START. Ao concluir, compreendeu-se a necessidade de qualificação contínua do profissional Enfermeiro, a fim

de prestar assistência e suporte adequado e realizar capacitações para a equipe multidisciplinar estar preparada para eventos com múltiplas vítimas. Além disso, o estudo destaca a importância da implementação de políticas públicas que incentivem a formação e a atualização constante dos profissionais de saúde, garantindo assim uma resposta mais eficaz em situações de emergência.

PALAVRAS-CHAVE: Desastres. Enfermeiro. Método START.

O papel do enfermeiro frente ao Transtorno do Espectro Autista

Marinês aparecida Alt Toledo; Débora Peixoto Mafalda; Suyan Von Tryller;
Professora Enfermeira Susana Ferrari Loureiro

RESUMO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está relacionado a danos no desenvolvimento neurológico e engloba diferentes síndromes de características semelhantes e evidencia-se por comportamento repetitivo, fala e habilidades sociais comprometidas e devido ao aumento significativo dos diagnósticos representa preocupação crescente. O objetivo do presente estudo é demonstrar a importância do profissional enfermeiro no atendimento ao paciente portador do Transtorno do Espectro Autista, bem como destacar a relevância do conhecimento acerca do espectro no cenário de assistência em enfermagem de qualidade ao paciente autista. Foi realizada revisão bibliográfica com busca em bases de dados como Google Acadêmico, Scielo e BVS que compreendem aspectos importantes relacionados ao tema proposto em publicações dos últimos cinco anos. O TEA, ainda de causa desconhecida, apresenta dificuldade no diagnóstico pois depende de observação clínica comportamental e os autistas apresentam por vezes tratamento inadequado e atraso no mesmo. Dentre os sintomas mais observados destacam-se perturbações em relações afetivas, solidão social, falta de habilidade na linguagem e comportamentos ritualísticos, alterações comportamentais também são obser-

vadas como manias, apego excessivo a rotinas, interesse intenso em coisas específicas e dificuldade de imaginação. Ao enfermeiro cabe medidas de colaborar no manejo e acompanhamento dos casos de autismo, auxiliando nos processos de adaptações e manejo quando necessário. O auxílio do enfermeiro começa já na consulta de puericultura e perdura na escola, com orientações de autocuidado à criança e à família através da educação em saúde permanente. Através do estudo realizado, é possível constatar a importância do enfermeiro no acolhimento ao paciente autista, uma vez que esta demanda de paciência e empatia, habilidades, conhecimento e estratégia de cuidado individualizado necessitando de alternativas para assistência singular, respeitosa e eficaz diante de uma condição que faz-se cada vez mais presente no cotidiano da saúde devido à crescente dos casos diagnosticados.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência de enfermagem, Autismo, Espectro autista

Atuação do enfermeiro no atendimento ao paciente com depressão respiratória: a importância do manejo com a máscara laríngea

Marcos Antonio Duarte Filho; Laura de Campos; Susana Rafaela Miranda
Neves

RESUMO: Introdução: No ambiente hospitalar é comum presenciarmos pacientes que apresentem diminuição da função respiratória, seja por patologias específicas ou sem causas imediatas que possam ser observadas e o manejo realizado pelo profissional Enfermeiro nesse momento é de extrema importância no prognóstico do mesmo, tendo em vista que a conduta deve ser imediata e com total agilidade, em prol do êxito ou minimização de sequelas, sempre em busca do melhor prognóstico ou até mesmo na reversão total do quadro apresentado pelo paciente. Objetivo: o objetivo do estudo é identificar a atuação do profissional enfermeiro frente ao paciente com depressão respiratória com o manejo da máscara laríngea. Metodologia: trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com busca de artigos científicos publicados nas bases de dados - Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Acadêmico e Global Academic, do ano de 2017 a 2022, onde foram selecionados 8 artigos. Após resultados foi possível denominar duas categorias: 1 - Via aérea difícil: Manejo do Enfermeiro com a máscara laríngea. 2 - A importância do conhecimento técnico e

científico do Enfermeiro. Resultados: os resultados obtidos mostram que a utilização da máscara laríngea em situações de emergências respiratórias, podem trazer êxito no prognóstico do paciente assistido e que a mesma não substitui o tubo oro-traqueal. Considerações Finais: ao concluir, compreendeu-se a necessidade de qualificação contínua do profissional Enfermeiro, a fim de prestar assistência adequada e poder subsidiar capacitações a equipe multidisciplinar para que atuem em conjunto no âmbito hospitalar.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermeiro. Depressão Respiratória. Máscara Laríngea.

A atuação da equipe de enfermagem com a criança traqueostomizada

Gabriele da Silva Dahmer; Bruno Rodrigues Camargo; Cleidiane Vanoni;
Orientadora Enf Patricia Nicolao

RESUMO: A traqueostomia é um dos procedimentos mais antigos realizados em pacientes críticos e que pode ser realizada por meio de uma incisão cirúrgica ou percutânea, a qual é realizada em comunicação com a traqueia para permitir a respiração. O objetivo que este estudo propõe é analisar como é a atuação da equipe de enfermagem com a criança traqueostomizada. A metodologia aplicada para a elaboração do material foi a revisão integrativa de literatura. O levantamento de dados utilizados decorreu nos suportes de informações SCIELO e Google Acadêmico, dos anos de 2018 a 2023, que atendem as especificidades de inserção. Na pesquisa realizada estabeleceram-se as seguintes categorias: O cuidado com a criança traqueostomizada; A enfermagem e o suporte emocional ao familiar da criança traqueostomizada. Os resultados obtidos através desse estudo mostraram que os profissionais de saúde estão diretamente envolvidos com o cuidado, podendo assim, prestar uma assistência que supra todas as necessidades desses pacientes priorizando cuidado de qualidade e humanizado. Diante disso, é notável que há necessidade de melhorias e um trabalho em equipe para um atendimento mais qualificado, efeti-

vo e seguro, e assim desempenhar um papel fundamental na promoção de uma melhoria na qualidade de vida para os pacientes e familiares. Sabe-se que a participação da equipe de enfermagem é muito importante no sentido de planejar e implantar ações de saúde que visem melhoria e qualidade no atendimento à criança traqueostomizada. Conclui-se que a equipe de enfermagem é de suma importância para os cuidados prestados à criança portadora de traqueostomia e seus familiares, para conseguirem prestar uma assistência de qualidade, pois o tratamento que a equipe de enfermagem proporciona pode melhorar a qualidade de vida do portador, evitando complicações.

PALAVRAS-CHAVE: Criança, Equipe de enfermagem, Traqueostomia.

Desescalada verbal como método de prevenção da contenção mecânica diante de pacientes agitados psiquiátricos

Henrique Dill Ribas (1); Daniel Frederico Toso Alves de Castro (1); Neusa Mabel dos Santos Correa (2); Susana F. Loureiro (4)

RESUMO: Este trabalho busca apresentar a importância crescente da saúde mental e a preocupação com práticas coercitivas, como a contenção mecânica. Diante do aumento de distúrbios psiquiátricos e agitação, busca-se alternativas humanizadas, como a desescalada verbal, para prevenir intervenções prejudiciais e promover um cuidado baseado nos direitos humanos. Analisar como o processo pode ser eficaz e fundamental para evitar a necessidade de usar contenção mecânica em pacientes psiquiátricos que estão em quadros de agitação. O presente estudo trata de uma pesquisa bibliográfica referente ao manejo do enfermeiro com o paciente psiquiátrico, através de artigos científicos retirados do google acadêmico a partir de 2023. Os principais resultados destacam os benefícios da formação em desescalada verbal: redução da contenção mecânica e comportamentos agressivos, aumento da confiança do pessoal no manejo de pacientes agitados e maior consciência sobre a desescalada, por meio de técnicas como comunicação, escuta ativa, validação de sentimentos, linguagem não confrontativa, estabelecimento de limites claros e oferta de

ajuda. Destaca-se a importância da enfermagem neste campo e a necessidade de uma abordagem multidisciplinar. São identificados a manipulação do ambiente e o conhecimento do paciente como facilitadores da desescalada verbal eficaz, e a falta de tempo e pessoal como barreiras. É enfatizada a falta de estudos quantitativos e a necessidade de mais pesquisa neste campo. Este processo é crucial em ambientes com pacientes agitados, especialmente para enfermeiros psiquiátricos. Com essas técnicas, podem ser reduzidos as utilizações de contenções e uso de meios físicos para um tratamento mais humanizado. São necessários estudos para validar sua eficácia e identificar abordagens seguras.

PALAVRAS-CHAVE: Contenção, Psiquiátrico, Desescalada.

Mães no cárcere: o ato de amamentar nas prisões

Autor: Jessyca Mariotti Tavares; Co-autor: Diliane Potter; Patrick Dias Ribeiro;
Orientador: Susana Rafaela Miranda Neves

RESUMO: A amamentação ajuda a fortalecer o vínculo entre mãe e bebê, incluindo aspectos emocionais, psicológicos e biológicos. No que se refere as prisioneiras, a necessidade de amamentar na prisão somado ao fato de se encontrarem em situação de extrema vulnerabilidade, elas também enfrentam a problemática sobre o cumprimento da lei penal que garante a amamentação até os seis primeiros meses de vida. As condições para mulheres que amamentam nas prisões brasileiras são delicadas, pois nem sempre o sistema carcerário está adequado para receber uma puérpera e um recém-nascido. Apesar dos tantos projetos incentivando a aleitamento materno, ainda faltam políticas públicas capazes de efetivar os direitos estabelecidas tanto na Carta Magna quanto nas leis infraconstitucionais. Ocorre que quando a detenta opta por amamentar, é necessário que a penitenciária esteja pronta para acolher e apoiar essas mães que amamentam neste ambiente. No Brasil, amamentar na prisão é um direito reservado nos termos do artigo 5º, inciso L, da Constituição Federal e para garantir esse direito, o artigo 82, § 2º da execução penal prevê que as prisões femininas devem ser equipadas com local adequado para ama-

mentação do seu bebê por pelo menos seis meses de vida, um ambiente acolhedor para a mãe e o seu filho e uma equipe que seja capaz de fortalecer e garantir. Além disso, enfatiza-se a importância e a necessidade do acesso informações sobre amamentação e desenvolvimento integral das crianças. O estudo foi executado com a formação teórica sobre o tema levantado, iniciando-se por uma pesquisa bibliográfica e análise preliminar sobre o tema da pesquisa. Buscou-se qual metodologia se aplicaria melhor na referida pesquisa e conclui-se que a metodologia aplicada seria a linha de pesquisa descritiva, através de pesquisa bibliográfica, baseado em livros de diversos autores obras publicadas nas últimas décadas. Ainda, baseou-se em uma revisão bibliográfica, descritiva, qualitativa, que teve como fonte de pesquisa artigos em sites de busca da área da saúde na língua portuguesa, inglesa ou espanhola (Scientific Eletronic Library Online - SCIELO, Google Acadêmico) e sites oficiais da internet, além de livros do acervo da Biblioteca da Universidade Luterana do Brasil- ULBRA. Por fim, a amamentação no sistema prisional enfrenta desafios significativos que perturbam o vínculo entre mãe e filho. Destaca-se a necessidade de promover e proteger a amamentação em ambientes prisionais e correccionais e a necessidade de profissionais capacitados para receberem e orientarem as mães a participarem da jornada do aleitamento materno.

PALAVRAS-CHAVE: Amamentação; Educação em saúde; Prisões; Relações mãe-filho.

Atuação do enfermeiro frente a prevenção do desmame precoce na atenção primária

Cleidiane Vanoni; Alice Fossatti; Gabriele da Silva Dahmer; Orientador Enf.
Esp. Susana Ferrari Loureiro.

RESUMO: O Ministério da Saúde preconiza que o aleitamento materno seja exclusivo nos seis primeiros meses de vida do bebê. E o enfermeiro tem um papel significativo para que a amamentação ocorra da melhor forma possível, por isso, há a necessidade de ter conhecimentos e habilidades em relação ao aleitamento. O objetivo deste estudo foi conhecer como é a atuação do enfermeiro frente a prevenção do desmame precoce nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). A metodologia aplicada para a elaboração do material foi a revisão integrativa de literatura. O levantamento dos artigos utilizados, decorreu nos suportes de informações SCIELO, BVS e Google Acadêmico, dos anos de 2019 a 2023, que atenderam as especificações de inserção. Estabeleceu-se três categorias: A importância do aleitamento materno; os fatores que influenciam no desmame precoce e a atuação do enfermeiro na prevenção do desmame precoce na UBS. O enfermeiro tem um papel significativo para que a amamentação ocorra da melhor forma possível, por isso, há a necessidade de ter conhecimentos e habilidades em relação ao aleitamento, para que possam dar um suporte ativo para as mães, desde o pré-natal até os primeiros dias

de vida do bebê, onde o enfermeiro deverá passar o seu conhecimento técnico e científico à gestante, conversar, ouvir, motivar e tirar as dúvidas. E deverá dar continuidade após o nascimento, realizando as consultas de puericultura e as visitas domiciliares. Conclui-se que o enfermeiro tem um papel de grande importância, através da orientação, da supervisão e do esclarecimento de dúvidas da gestante, tornando um processo mais prazeroso para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Aleitamento, Atenção primária, Desmame precoce.

Intervenções multiprofissionais a criança oncológica em cuidados paliativos

Carine Massmann; Leandra Sodreia Tesser Guimarães

RESUMO: Quando uma criança está em processo terminal, onde a cura já não é mais possível e a morte é inevitável, a equipe multiprofissional se torna indispensável para os últimos momentos de vida, dessa criança em cuidados paliativos. O presente estudo tem como objetivo sugerir intervenções multiprofissionais a fim de promover assistência digna, humanizada e de qualidade ao paciente paliativo. Foi realizada pesquisa de revisão bibliográfica com busca em bases de dados como Google acadêmico, Scielo e sites governamentais que compreendem aspectos importantes acerca do tema em publicações dos últimos cinco anos. O cuidado paliativo gera desconforto principalmente quando relacionado à criança. O período terminal da doença de uma criança não é visto como uma forma natural, pois esta ainda não vivenciou as fases do seu desenvolvimento. A criança em cuidados paliativos, precisa de benefícios em sua assistência, é fundamental atender suas necessidades individuais, evitando complicações e reduzindo as consequências do tratamento, e para isso há necessidade de formação de equipes paliativistas com expertise, preparadas cientificamente e tecnicamente, mas que também receba acompanhamento psicológico e emocional para que consiga assisten-

ciar essa criança em sua integralidade, visando o processo de bem estar e alívio dos sintomas. A doença e hospitalização da criança traz uma carga de sofrimento, isolamento e incerteza diante do seu diagnóstico de fim de vida e a equipe deverá ainda ser dinâmica e interagir com a criança para tornar seus dias menos dolorosos. Através da assistência multiprofissional e cuidado integral, a criança conquistará maior qualidade no tratamento e mais eficácia na solução de suas necessidades. Observa-se que ainda existe receio e dificuldade; por vezes os profissionais não interagem e têm uma comunicação ineficaz e nem sempre estão preparados para realizar o cuidado dessa criança paliativa; tornando esse cuidado fragmentado e sem qualidade. Ainda encontramos profissionais que possuem dificuldades de lidar com essa realidade e falta compreensão a respeito da morte e como lidar com ela. Cuidados paliativos não é sobre morrer mas, viver bem os últimos dias; aliviando o sofrimento para realizar assim assistência de qualidade para essa criança que está em finitude.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidados paliativos, Criança, Equipe de Assistência ao Paciente

Vírus da dengue e as alterações hematológicas

Autor Nicole Dartora Marchesi; Orientador César Gilmar Trojan Filho

RESUMO: A dengue é caracterizada por ser causada pelo vírus transmitido pelo vetor artrópodes, sendo a fêmea do mosquito que gera a contaminação. Os vírus dengues (DENV) estão classificados cientificamente na família Flaviviridae e no gênero Flavivirus. Até o momento são conhecidos quatro sorotipos – DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4 –, que apresentam distintos materiais genéticos (genótipos) e linhagens. O objetivo do estudo é descrever o vírus da dengue e as alterações hematológicas do paciente. A análise das informações foi realizada em uma abordagem qualitativa, de artigos científicos e bibliográficos do material encontrado, indexados no período de 2016 a 2024 no Scielo, Google Acadêmico e Pubmed, que contemplassem o tema escolhido, foram excluídos os artigos que apresentaram duplicidade de informações, utilizou-se os seguintes descritores: dengue, vírus, hemograma e leucopenia. A dengue pode se apresentar de duas formas: dengue clássica e dengue hemorrágica. Na dengue hemorrágica à nível de hemograma, temos as seguintes alterações: leucopenia, redução acentuada de plaquetas, linfocitose com presença de linfócitos reativos, diminuição na contagem de leucócitos, elevação do hematócrito (cerca de 20%). Na dengue

clássica: leucopenia, contagem normal de leucócitos ou discretamente elevada com predomínio de neutrófilos, plaquetas normal ou diminuída. O diagnóstico da dengue pode ser feito através dos exames laboratoriais, como: hemograma, coagulograma, provas de função hepática e dosagem de albumina sérica, exames específicos (testes de isolamento viral e sorológico para pesquisa de anticorpos), podendo também ser diagnosticado por testes físicos e clínicos além da epidemiologia. Os sintomas podem ser de forma assintomática ou sintomas hemorrágicos, podendo levar de 4 a 10 dias a manifestação após a picada do mosquito *Aedes*. Os primeiros sinais de alerta aos sintomas são as dores de cabeça, febre, dor retro orbital com mialgia grave e artralgia. O diagnóstico preciso da dengue configura-se como fator primordial para o tratamento clínico dos pacientes, diferenciação perante outras infecções e para controle das formas mais graves da doença.

PALAVRAS-CHAVE: Dengue, Hemograma, Leucopenia, Vírus.

Sensibilidade ao glúten em paciente com Tireoidite de Hashimoto

Autor Nicole Dartora Marchesi; Co-autor Laura Jost; Orientador Leticia Carolina da Cruz;

RESUMO: A tireoidite de hashimoto (TH) ou tireoidite linfocítica crônica é uma doença auto-imune, caracterizada por infiltrado linfo-plasmocitário do parênquima tireoidiano. A TH resulta da incapacidade dos linfócitos T supressores em destruir clones de linfócitos sensibilizados por antígenos tireoidianos, com consequente citotoxicidade mediada por células “natural killer” e interação de linfócitos T helper com linfócitos B, produzindo anticorpos contra componentes tireoidianos. Este processo pode ser desencadeado por alta ingestão de iodo, o que explica o aumento da frequência da doença tireoidiana nos últimos anos. O objetivo do estudo é relacionar a sensibilidade ao glúten em pacientes com tireoidite de hashimoto. A pesquisa foi realizada através de caso clínico e de dados on-line SCIELO e GOOGLE ACADÊMICO, utilizando como critério de refinamento da pesquisa artigos em português e inglês, publicados entre os anos de 2020 e 2023. A tireóide secreta hormônios tireoidianos, que controlam a velocidade com que as funções químicas do corpo progridem (taxa metabólica). A sensibilidade ao glúten e a TH possuem alterações genótípicas, antigênicas e deficiências nutricionais semelhantes

como selênio e vitamina D. A retirada do glúten na dieta pode beneficiar o tratamento da TH, já que esse nutriente, ao entrar em contato com TGI, rompe a barreira de proteção do intestino e entra na corrente sanguínea. Esse processo gera toda uma cascata inflamatória com geração de anticorpos que irão influenciar, conseqüentemente, o estado evolutivo da tireoide. Uma dieta isenta de glúten não anula a patologia presente, porém, permite certo retrocesso dos transtornos causados e proporciona melhora absorptiva dos medicamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Hiperglicemia, Sensibilidade ao glúten, Tireoidite de Hashimoto.

Pneumonia associada à ventilação mecânica por *Serratia spp.* e os achados laboratoriais

Autor Laura Jost; Co-autor Nicole Dartora Marchesi;
Orientador César Gilmar Trojan Filho

RESUMO: A *Serratia* é um gênero de bactéria que se caracteriza como gram negativa, anaeróbia facultativa, pertencente à família *Enterobacteriaceae* e a maior parte das espécies convive normalmente com os seres humanos sem causar nenhuma doença, no entanto, é considerada patogênica oportunista por estar em grande porcentagem das infecções hospitalares. O objetivo do estudo é entender as características clínicas e o diagnóstico da pneumonia associada à ventilação mecânica causada por *Serratia spp.* A pesquisa foi realizada baseando-se em uma revisão bibliográfica, através da busca de artigos científicos em português, publicados entre os anos de 2004 a 2024 no Google Acadêmico. Os critérios de inclusão para a escolha dos artigos foram estudos que relacionam a infecção por *Serratia spp.* com os aparelhos utilizados para tratamentos do trato respiratório, com os descritores: Infecções hospitalares, Patogenicidade, Ventilação mecânica, Resistência a antibióticos. Os fatores de risco para a aquisição de infecções incluem: baixa imunidade, prematuridade, baixo peso, tempo de internação e pacientes que usam cateteres, drenos e sondas das vias respiratórias, sendo uma porta de entrada para a bactéria. Isso acontece porque a *Serratia* possui a capacidade de forma-

ção de biofilmes, fixando-se em dispositivos médicos, tornando mais fácil essa contaminação. Embora a pneumonia por *Serratia* seja relativamente rara, apresenta risco significativo em ambientes hospitalares com os pacientes vulneráveis, afetam imunodeprimidos, pacientes internados em unidade de terapia intensiva, entubados, os que necessitam ventilação mecânica, que acabam aspirando a secreção contaminada. Os exames que auxiliam no diagnóstico das infecções por *Serratia* são: hemograma completo, que pode apresentar como resultados leucocitose e neutrofilia com desvio a direita indicando a manifestação do corpo, como uma resposta imunológica para combater o patógeno; linfocitopenia indicando o comprometimento do sistema imunológico e monocitose sugestivo de infecções agudas nas fases mais tardias da resposta inflamatória; cultura microbiológica, podendo ser com a amostra da secreção pulmonar como escarro; o teste de sensibilidade antimicrobiana (antibiograma) para determinar o tratamento ideal para combater as cepas; o teste da Reação em Cadeia da Polimerase (PCR) para detecção ágil e específica, pois é um teste que permite a determinação mesmo em amostras com baixa carga bacteriana e, também pode ter a associação dos exames de imagem como radiografias e tomografias para avaliação de possíveis maiores complicações. Dessa forma, compreendemos que as infecções por *Serratia spp.* associadas a tratamentos intensivos do trato respiratório é uma preocupação significativa em ambientes hospitalares pela sua capacidade de colonização em equipamentos médicos.

PALAVRAS-CHAVE: Infecções hospitalares, Patogenicidade, Ventilação mecânica, Resistência a antibióticos.

Gardnerella vaginalis em gestantes

Autor: Duane de Oliveira Schneider; Co-autor 1: Gabriela Pereira Palauro;
Co-autor 2: Liliam Weirich; Orientador: César Gilmar Trojahn Filho

RESUMO: A vaginose bacteriana (VB) é uma síndrome polimicrobiana caracterizada pela substituição da flora vaginal normal, por elevadas concentrações de bactérias anaeróbias, como a *Gardnerella vaginalis*, que é uma bactéria anaeróbia facultativa, observada sob a forma de cocobacilos Gram-variáveis. O objetivo deste trabalho é analisar esta infecção e conhecer seus sintomas e impactos que causam na vida de gestantes e do feto. A pesquisa foi realizada por meio de artigos científicos disponibilizados nos bancos de dados LILACS e PubMed, com os seguintes descritores: Vaginose bacteriana, gestantes, gardnerella. A VB é um dos distúrbios vaginais mais comuns em mulheres em era reprodutiva; está associada a gravidez irregular, doença inflamatória pélvica e amplificação do risco de doenças sexualmente transmissíveis, é uma bactéria patogênica que pode causar uma infecção endometrial, sem causar sintomas, com grande prevalência, altas taxas de recorrência e complicações associadas tornam a VB crítica. Ela habita a mucosa vaginal e eventualmente pode ocasionar ITUs causada então pelo desequilíbrio da microbiota vaginal normal, comum em mulheres em idade fértil, com grande prevalência em gestantes. Ocorre em aproximadamente 30% das mulheres em idade reprodutiva e é o resultado da substituição de microorga-

nismos residentes protetores (como *Lactobacillus* spp.) por patógenos oportunistas. Em mulheres grávidas, tem-se observado o aumento da VB e de complicações no parto, principalmente ocasionada pelo agente supracitado, quando presente no endométrio, a parede interna do útero da mulher pode causar abortos ou impedir a implantação do embrião. As pacientes geralmente apresentam um fluxo sanguíneo abundante, fino, uniforme, leitoso e fétido. Se não for tratada, esta infecção pode causar partos prematuros, problemas de fertilidade e um risco maior de contrair outras doenças sexualmente transmissíveis. Sendo de tamanha importância exames como papanicolau e acompanhamento pré-natal para um diagnóstico certo e então tratamento adequado para que não tenha complicações mais graves, tanto para mãe quanto para o bebê.

PALAVRAS-CHAVE: Vaginose bacteriana, gestantes e *Gardnerella*.

Diagnóstico laboratorial de anemia hemolítica por deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase (G6PD)

Autor: Ananda Haeffner; Co-autor: Nathalia Locatelli de Freitas; Co-autor: Júlia Gabriela Prestes de Souza. Orientador: Alexandre Ehrhardt

RESUMO: **INTRODUÇÃO:** A anemia hemolítica é caracterizada pela hemólise (ruptura) dos eritrócitos dentro dos vasos sanguíneos, esta patologia hematológica pode ocorrer através de vários distúrbios fisiológicos, sendo uma das mais comuns a causada pela deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase (G6PD), ligada a uma mutação no gene da G6PD no cromossomo X. O diagnóstico dessa condição geralmente envolve uma avaliação do histórico médico, exame físico e uma série de testes laboratoriais. **OBJETIVO:** Apresentar diagnóstico laboratorial da anemia hemolítica por deficiência de G6PD. **METODOLOGIA:** Revisão bibliográfica, realizada por meio de artigos disponíveis na íntegra, nas bases de dados: Scielo e Google Acadêmico. Como critérios de inclusão foram adotadas as publicações completas e gratuitas, nos idiomas citados e compreendendo o período dos últimos 10 anos, entre 2015 e 2024 nos idiomas inglês e português. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O hemograma indicativo de anemia hemolítica por deficiência de G6PD revela que os glóbulos vermelhos do sangue estão sendo deformados e fragmentados de forma irregular, com presença elevada de hemoglobina. No

diagnóstico laboratorial identifica-se reticulocitose, aumento de bilirrubina e da desidrogenase láctica (LDH), também a presença de corpúsculos de Heinz, ou seja, no esfregaço sanguíneo é possível verificar elevadas células jovens, já os testes bioquímicos indicam disfunções no fígado. Em recém nascidos, para estabelecer um diagnóstico é através da determinação quantitativa da enzima pelo método de fluorescência realizada em papel filtro no teste do pezinho. **CONCLUSÃO:** Para o diagnóstico de G6PD é essencial para tratar condições associadas a anemia hemolítica. O diagnóstico laboratorial entra como “carro chefe”, para auxiliar na implementação de estratégias para o tratamento e medidas preventivas, visando minimizar complicações e assim, consequentemente progredir a qualidade de vida do paciente.

PALAVRAS-CHAVE: Anemia hemolítica, diagnóstico, G6PD.

Atrofia Muscular Espinhal

Emanuele dos Santos Gomes; Tainara Toigo Jung; Viviane Onofre Oliveira;
Leticia Carolina da Cruz

RESUMO: A Atrofia Muscular Espinhal (AME), uma doença neurodegenerativa, que possui como característica uma herança genética autossômica recessiva, ou seja, pode se manifestar em ambos os sexos e necessita de dois alelos recessivos para expressar a doença. O objetivo principal deste estudo é informar e detalhar as características e aspectos genéticos que envolvem a Atrofia Muscular Espinhal. A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica no período de 2020 a 2023, usando como base de dados os sites governamentais, Scielo e Google Acadêmico. A AME é uma doença que deriva da ausência do gene de Sobrevivência do Neurônio Motor 1 (SMN1), essa falta é produzida por um processo de deleção que ocorre no cromossomo 5q13, provocando uma redução excessiva na produção da proteína de Sobrevivência do Neurônio Motor (SMN). Essa proteína está presente tanto no citoplasma, e no núcleo da célula, quanto em algumas estruturas do neurônio motor, sendo, portanto, essencial na sua preservação e manutenção. Por possuir característica degenerativa que atinge em específico os neurônios motores, a AME pode levar o indivíduo a uma série de dificuldades e enfermidades, e principalmente possui a capacidade de levar o enfermo a óbito. Diante disso, é válido destacar que esta patologia possui diferentes classificações,

que são diferenciadas conforme a idade em que os sintomas iniciam, sendo dividida em: Tipo I, Tipo II e Tipo III. O diagnóstico e o tratamento desta patologia ainda são incertos, porém existem testes moleculares que permitem uma detecção da deleção do gene SMN1. Com relação ao tratamento, é válido destacar que a AME não possui cura, sendo necessário uma série de cuidados relacionados aos sintomas expostos pelo paciente, como terapias de suporte. Sendo assim, é possível considerar a AME como uma patologia com um alto nível de gravidade, ou seja, é fundamental que haja um diagnóstico precoce e um tratamento adequado para melhorar a qualidade de vida dos pacientes. Ainda, é válido destacar que nos últimos anos, houve avanços significativos, como a terapia gênica e medicamentos modificadores da doença, que vem melhorando a qualidade de vida de diversos paciente, além de diversas instituições que buscam promover assistência tanto aos pacientes, quanto aos familiares, ocasionando uma melhoria na vida das famílias que lutam diariamente com esta patologia.

PALAVRAS-CHAVE: Atrofia Muscular Espinhal, Atrofia Muscular Progressiva, Neurônio Motor.

GT4

Educação, Linguagem, Cultura e Direitos Humanos

Este capítulo se dedica a explorar temas de grande relevância na esfera dos Direitos Humanos com abordagens consequentes no âmbito da Educação, Linguagem e Cultura.

A coletânea de estudos organizados neste capítulo tem por foco a apresentação das dinâmicas das estruturas familiares, ostentando, propositadamente, a sua proteção social no Brasil e explorando os desafios da efetivação da cidadania por meio de interações entre políticas públicas e a realidade vivida por diversos grupos sociais.

É importante referir o destaque das relações familiares após a vigência do Código Civil de 2002 em razão da verdadeira “reconstrução” dos seus conceitos, sobretudo no ramo do Direito das Famílias, entre outros. Neste íterim, os trabalhos aqui apresentados evidenciam a constante adaptação das normas jurídicas às diversas realidades sociais que vão surgindo, dinamicamente, com a contemporaneidade.

Os resumos aqui apresentados permeiam temas que nos fazem refletir sobre a nossa autonomia da vontade em detrimento da supremacia do interesse público, como ao tratar do “pacto antenupcial” ou, até mesmo, do livre arbitro de cidadãos com mais de setenta anos.

No mesmo sentido, o estudo do concubinato e da união poliafetiva, bem como a discussão de guarda e pensão alimentícia em favor de animais domésticos, demonstram a preocupação dos autores com temas de grande significado e importância na atualidade, levando em consideração os ditames da nossa Carta Magna e fundamentações jurisprudenciais sobre cada tema.

Ainda, é de se destacar a discussão quanto ao Direito das Crianças no âmbito familiar, representado pelas preocupações dos autores quanto ao trabalho artístico infantil, situação de menores em abrigos, bullying e, até mesmo, idealização de padrões nos processos de adoção.

Um segundo foco de abordagem se concentrou em críticas no âmbito da Educação, Linguagem e Cultura por intermédio de resumos que transitam desde temas em ascensão, como a mistanásia social e o direito à alimentação, bem como temas que já são comuns à escala social, como a Lei Maria da Penha e a Responsabilidade Civil do Estado em acidentes de trânsito, demonstrando, inclusive, a correlação de todos os estudos selecionados neste capítulo.

Apresentado sinteticamente o capítulo, espera-se que a obra tenha não somente uma acolhida acadêmica, mas também que extrapole os muros da Academia, atingindo a sociedade, objetivo primordial para qualquer pesquisa acadêmica.

Trabalho infantil em nome da arte

Autora Bruna Cristina de Freitas Kaminski;
Professora Orientadora Jéssica Cindy Kempfer

RESUMO: Em um cenário no qual canais de youtubers mirins, filmes e telenovelas vêm crescendo exponencialmente e de forma desenfreada, os direitos de proteção da criança e do adolescente no âmbito psicológico, físico e jurídico precisam ser assegurados e fiscalizados. Nessa senda, a pergunta problema é afinal há equiparação de danos entre trabalho artístico infantil e outras atividades laborais? Seguindo uma didática de pesquisa indutiva com estudo de caso e procedimento bibliográfico com intuito de responder essa questão, percebeu-se que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é vedada a realização de trabalho por menores de quatorze anos, exceto sob a condição de aprendizes. O mesmo estatuto estabelece como obrigação coletiva a prevenção de ameaças ou violações aos direitos das crianças e adolescentes. Na prática, é notório que o trabalho infantil em nome da arte, ganhou não só supressão das restrições legais como se tornou um meio lucrativo da família explorar a capacidade artística desse grupo etário. Inclusive, para sua realização basta obter autorização judicial. Para alguns, é um privilégio poder construir uma carreira rentável ainda na infância e usufruir da fama originada pela exposição do talento. Para outros, as crianças e adolescentes ficam sob pressão e suas emoções são exploradas

de forma destrutível em troca de audiência e dinheiro. Recentemente o caso “Larissa Manoela” repercutiu de modo desastroso, para evitar conflito judicial com os pais ela renunciou de seu patrimônio estimado em R\$ 18 milhões de reais, adquirido através de seu trabalho artístico na infância. Este caso é apenas um entre um montante notável, onde na fase adulta sobrecarregados com o trabalho infantil, artistas cortam relações com seus familiares. Paralelo a isso normalmente a carreira artística infantil é fugaz. Em situações de frustração recorrente alguns artistas acabam se envolvendo também em escândalos e apelando ao uso de drogas. Independente dos prós e contras é fato que as consequências podem ser permanentes. Cabe maior atuação e fiscalização dos órgãos judicantes, das famílias e da sociedade, ratificando assim que a prevenção e a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes é dever verdadeiramente de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente, Criança, Estatuto da Criança e do Adolescente, Trabalho Infantil.

Direito à alimentação no Brasil: uma avaliação das políticas públicas alimentares e da sua efetividade

Autor: Felix Rafael Thomas (1); Co-autor: Marcelo Busch (2); Co-autor: Michael Langaro (3); Professora Orientadora: Carina Lopes de Souza (4)

RESUMO: A pesquisa busca discutir o direito à alimentação no Brasil, com destaque para as políticas públicas de segurança alimentar e sua efetividade na garantia desse direito. O problema da pesquisa reside em compreender: em que medida as políticas públicas de segurança alimentar conseguem garantir uma alimentação adequada à população brasileira, considerando os desafios socioeconômicos e de estrutura do país? O objetivo geral do artigo é realizar uma análise crítica das políticas públicas de segurança alimentar no Brasil, destacando os principais desafios e oportunidades de melhoria. Além disso, os objetivos específicos visam examinar as bases legais nacionais e internacionais que fundamentam o direito à alimentação no Brasil, além de verificar a efetividade das políticas públicas e programas governamentais de segurança alimentar. Para isso, foi empregado o método hipotético-dedutivo. Nesse contexto, a pesquisa destaca a evolução do conceito de segurança alimentar, desde a preocupação com a autossuficiência nacional até a atual compreensão do direito à alimentação como um direito humano e fundamental social.

Também, foi analisada a legislação brasileira e internacional relativa ao tema, como destaque para a Constituição Federal de 1988 e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Abordou-se ainda, a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seu papel na proteção do direito à alimentação. Após a análise e reflexão sobre o tema, conclui-se que, apesar da existência de programas como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), milhões de brasileiros ainda enfrentam a insegurança alimentar, com números alarmantes de fome e desnutrição. Com isso, foi possível verificar que persistem desafios significativos, como a concentração de poder no agronegócio, que limita a autonomia dos pequenos produtores e amplia a desigualdade na distribuição de alimentos. Dessa maneira, embora existam legislações e programas, essas desigualdades socioeconômicas comprometem o acesso equitativo à alimentação. Portanto, é fundamental que sejam adotadas medidas para reduzir essas desigualdades, fortalecer o pequeno produtor e a produção local, e promover uma alimentação mais saudável e sustentável. Assim, é premente a necessidade de adoção de medidas integradas e amplas para lidar com os aspectos estruturais que tratam do direito à alimentação, incluindo a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, redução da insegurança alimentar, acesso ao alimento e o fortalecimento da agricultura familiar. Somente através de esforços conjuntos entre governo, sociedade civil e organizações internacionais será possível superar a fome e garantir o direito à alimentação para todos os brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade, Direito à Alimentação, Direitos Humanos, Políticas Públicas, Segurança Alimentar.

Monitor especializado no ensino regular: a garantia do direito à educação, inclusão e desenvolvimento para pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Laraine Lemos Costa; Alexandre Rittes Medeiros; Rafael Drey;
Volmir Marques; Carina Lopes de Souza.

RESUMO: O presente artigo trata do direito à educação, inclusão e desenvolvimento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas públicas municipais de Carazinho no ano de 2023, com foco na formação dos monitores escolares e no atendimento aos alunos. O problema de pesquisa abordado pode ser sintetizado a partir do seguinte questionamento: como é realizada a formação dos monitores (com especialização em educação inclusiva, autismo ou desenvolvimento infantil) e se estão conseguindo atender aos alunos com TEA de acordo com a legislação vigente, utilizando adaptação de conteúdo, materiais de estudo, local de estudo e avaliação adequados? O objetivo geral da pesquisa é analisar o desenvolvimento da formação dos monitores escolares e o atendimento aos alunos com TEA em 2023, dentro do contexto da inclusão escolar. Os objetivos específicos incluem a análise da legislação vigente e dos recursos disponíveis para garantir a participação e desenvolvimento dos alunos com TEA, a avaliação da formação dos professores e do atendimen-

to especializado, e a identificação dos desafios enfrentados pelo sistema de ensino municipal, propondo recomendações para aprimorar o acesso à educação e a inclusão. O trabalho de pesquisa empregou o método de abordagem dedutivo, juntamente com o método de procedimento bibliográfico e documental. A pesquisa faz parte de um projeto de artigo e será concluída no segundo semestre de 2024, com a apresentação dos resultados após análise das informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Educação (SMEC). O autismo infantil é um transtorno global do desenvolvimento que afeta as interações sociais, comunicação e comportamento focalizado e repetitivo. Com o suporte adequado, as crianças com autismo podem desenvolver suas habilidades e atingir seu potencial máximo, conforme definido no DSM-5. Os direitos das pessoas com autismo estão garantidos pela legislação brasileira, incluindo a Constituição Federal de 1988, que estabelece princípios de igualdade, dignidade e inclusão. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) assegura o direito das crianças e adolescentes com autismo ao acesso à cultura, lazer e entretenimento adequados à sua faixa etária. Por fim, conclui-se que a inclusão dos alunos com TEA nas escolas municipais de Carazinho é um desafio relevante, para o qual a formação continuada dos professores e a adaptação curricular são essenciais. A legislação garante o direito desses alunos à educação de qualidade, porém é fundamental a implementação de práticas inclusivas eficazes para garantir o pleno desenvolvimento e participação de todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Educação; Inclusão; Transtorno do Espectro Autista.

A mistanásia como problema social

Autor: Rafael Drey; Professora Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer

RESUMO: A mistanásia ou eutanásia social, decorre diretamente da falta de assistência do Estado, podendo ser por diversos fatores, todos correlacionados a eventos violadores do direito à saúde, os quais poderiam ter sido evitados, tal como a omissão de socorro estrutural. O Estado frente às garantias de saúde a população brasileira acaba por ser falho na execução desta difícil tarefa de proporcioná-la a todos, seja em sua falta de profissionais capacitados, seja quanto as suas instalações que em diversas localidades do país são precárias. São nestas condições precárias e de superlotações em hospitais e postos de pronto atendimento que se têm o acometimento da mistanásia, ou a eutanásia social. Atualmente percebe-se que a prática da mistanásia ocorre com frequência em solo brasileiro, mesmo com todo o avanço da medicina e o enfrentamento político e social a essa prática. Nesta perspectiva, o presente resumo procura responder a seguinte questão: como o Estado enfrenta e penaliza a prática da mistanásia no Brasil? Têm-se como objetivo analisar a prática decorrente da mistanásia relacionada ao direito a saúde pública e sua responsabilidade Estatal no Brasil. Estando entre os principais direitos que estabelecem o mínimo existencial, o direito à saúde, deve ser assegurado a todos, corroborando com o direito à vida digna. Configura-se

como um direito necessário para que haja a garantia dos demais direitos. A previsão do Direito à saúde em diversos ordenamentos não se torna garantia de que este direito será efetivamente garantido a todos, tornando-se necessário a implementação de políticas públicas para a sua total concessão e abrangência. Resta, dessa forma, o Estado, como responsável por esta adoção de políticas e medidas públicas na garantia de recursos mínimos para a vida digna. Conclui-se parcialmente que a mistanásia, apresenta-se como um problema social grave, que infringe direitos fundamentais, principalmente os já citados, o direito à saúde e à vida digna. Situação esta que o Estado tem encontrado dificuldades em combater, uma vez que deve ser garantidor dos direitos do ser humano, atuando através de políticas públicas, sociais e econômicas. Esta é uma pesquisa exploratória dedutiva, realizada por meio de análise de fontes bibliográficas e documentais, como artigos, livros, dissertações e teses.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à saúde, Direito à vida, Direito fundamental, Mistanásia, Políticas públicas.

Impactos do bullying na saúde mental das crianças adotadas por famílias homoafetivas

Autor (1); Maria Eduarda Machado Co-autor (1); Camyle Corrêa Co-autor (2);
Maria Eduarda Shuika Orientadora; Jessica Cindy Kempfer

RESUMO: Atualmente, na sociedade brasileira a homossexualidade no processo de adoção gera diversas opiniões em relação a igualdade entre casais do mesmo sexo e casais compostos por um homem e uma mulher. A principal causa alegada socialmente para não acontecer a aceitação da família homoafetiva é de que a configuração familiar possa causar prejuízos no psicológico da criança. Contudo, mesmo depois das mudanças legislativas sobre a formação da família e a inserção das famílias homoparentais ainda surge dificuldades para os representantes escolares incluírem esse novo eixo familiar nas salas de aula, o que acaba acarretando diversos problemas e consequências para as crianças. O presente assunto teve o intuito de analisar se há algum efeito social danoso, principalmente escolares, como o bullying contra crianças ou adolescentes por serem adotados por casais homossexuais. Segundo a pesquisa, analisou-se que a realidade da maioria das pessoas é ter como referência a figura paterna/homem e a materna/mulher, o foco é quanto isso não ocorre e de que forma o preconceito e o constrangimento irá refletir e lotar o psicológico do adotado(a). Dessa forma o preconceito que ocorre com as

crianças adotadas por casais homoafetivos pode trazer diversos impactos, como o bullying. Por conta de estarem expostos a esse tipo de situações isso pode agravar fazendo com que isso se torne uma depressão na adolescência ou até mesmo na fase adulta por conta da perseguição e discriminação que elas sofrem. Em virtude dos fatos mencionados acima conclui-se que o combate contra a homofobia e o bullying é um assunto de extrema importância social e acadêmica, portanto é necessário a inserção de programas antibullying apropriado a situação de cada instituição de ensino, sendo trabalhados por meio de aulas, palestras, gincanas, cartazes, apresentação de filmes e por meio de uma programação para trabalhar a diversidade de gêneros e a qualificação profissional dos professores. Entretanto podendo ter também o auxílio do Estado para a criação de políticas públicas para assegurar os direitos e garantir a segurança dessas crianças e adolescentes. O método de procedimento usado foi o bibliográfico e o de abordagem-dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção, Bullying, Casais Homoafetivos, Efeitos.

A possibilidade de estabelecer questões pessoais no pacto antenupcial e sua limitação

Autora: Greici Belcair dos Santos¹,
Professora Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer

RESUMO: Um pacto antenupcial é um contrato firmado entre duas pessoas antes do casamento, onde são estabelecidos os direitos e deveres de cada cônjuge. O tema é de extrema relevância, pois muitas pessoas não têm conhecimento acerca do pacto antenupcial e o que pode ser incluso nesse tipo de contrato. Nesse sentido, o problema da pesquisa é descobrir até onde se tem liberdade para dispor sobre questões pessoais. A pesquisa pretende investigar até onde o Estado interfere em tais questões. O tipo de pesquisa é descritiva. O método de abordagem é o dedutivo e o de procedimento bibliográfico. O pacto antenupcial pode conter diversas disposições, como a determinação do regime de bens, a definição de como serão tratados os bens adquiridos antes e durante o casamento. A doutrina diverge quanto à possibilidade de estabelecer questões pessoais, por exemplo: se desrespeitar o dever de fidelidade está condicionado à multa. Há duas correntes: pela primeira corrente é possível o pacto ser monetizado, pois é um contrato entre maiores capazes e que tem como objetivo direito disponível, portanto, pode pré-fixar uma indenização quando descumprida uma obrigação; já na segunda corrente não é permitido, pois não se trata de um contrato comum, sendo rea-

lizado sob a égide do Direito de Família, havendo interesse do Estado na sua consecução. Sobrepõe-se a primeira teoria, conforme Rodrigo da Cunha Pereira, com a valorização da autonomia da vontade e autonomia privada, o Direito de Família tem se reafirmado cada vez mais pelo princípio da menor intervenção estatal. O Estado não pode interferir no código particular de cada casal. Após determinado tempo, um dos cônjuges pode passar a ter direitos a determinados bens, ou participações societárias. Acerca dos direitos pessoais, o reconhecimento de paternidade/maternidade, mesmo quando inválido o pacto, surtirá efeitos quanto a este reconhecimento. A maioria das pessoas guarda em segredo suas intimidades, mas se quiserem estipular regras nesse sentido, não há impedimento jurídico. O Estado não pode interferir no código particular de cada casal. Quem deve ditar as regras e economia do desejo de cada casal é o próprio casal. Isto posto, a tendência do Direito de Família é que o Estado se afaste cada vez mais das questões privadas e de foro íntimo, e tende a intervir somente para dar proteção às pessoas vulneráveis, sob o comando do princípio da responsabilidade, que é o grande autorizador e condutor para o campo da autonomia privada.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato. Estado. Liberdade. Pacto antenupcial. Questões pessoais.

Como a idealização de padrões dificulta o processo de adoção no Brasil

Autor (1); Camyle Corrêa Co-autor (1) Maria Eduarda Machado; Co-autor (2);
Maria Eduarda Shuika Professora orientadora: Jessica Cindy Kempfer

RESUMO: A situação das crianças acolhidas no Brasil, e que aguardam uma família para adoção, é uma realidade bastante conhecida. Porém, existem diversos obstáculos a serem enfrentados nesse assunto tão importante. Uma grande crença entre populares é de que, o grande número de crianças a espera de adoção, existe porque o processo de adoção é rigoroso e demorado, contudo, o principal fator para essa enorme espera das crianças acolhidas são as exigências dos adotantes em relação a características específicas que buscam. O presente trabalho tem como problemática: como a busca por características específicas em crianças acolhidas influenciam e prejudica todo um sistema, que se estende até a vida adulta de crianças em lares adotivos? Segundo a pesquisa, verificou-se que a maioria dos adotantes procura crianças com menos de três anos de idade, brancas, sem irmãos e sem deficiências resultando, portanto, em um atraso na fila de adoção. Isso cria uma competição por crianças mais jovens, levando muitas crianças mais velhas a saírem da lista de preferência. As estatísticas de 2020 revelam que 34.820 crianças e adolescentes estavam abrigados em casas de acolhimento e instituições públicas

e mais de 60% desses abrigados eram adolescentes. Desta forma, as crianças acabam crescendo, virando adolescentes e perdem a oportunidade de ter uma família para chamar de sua, estas crianças e adolescentes acabam sofrendo, pois em muitos casos, o único lar que tiveram foi a casa de acolhimento. Em razão dos fatos mencionados acima, conclui-se que a idealização sobre as crianças a serem adotadas é um problema que deve ser superado para que exista uma maior efetividade em achar um lar e uma família para tantas crianças e adolescentes que aguardam essa oportunidade. Percebe-se a necessidade de uma conscientização de forma massiva sobre os indivíduos que desejam ser adotantes. É necessário que, com auxílio do Estado, essas pessoas entendam os benefícios de se dar um lar e uma família para os que mais precisam de uma. Os lares de acolhimento, podem iniciar o processo de adoção já estimulando e conscientizando os indivíduos dispostos a adotar, assim será possível assegurar e resguardar os direitos das crianças e adolescentes. O método de procedimento empregado na pesquisa foi o bibliográfico e o de abordagem dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção, Crianças, Adolescentes, Características, Idealização.

Responsabilidade civil do Estado em acidentes de trânsito envolvendo veículo oficial e a ação de regresso: uma análise a partir da jurisprudência do tribunal de justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Autor: Cleberson Márcio de Almeida Martins (1); Co-autora: Laraine Lemos Costa (2); Co-autora Pâmela Soares Rosolen (3); Orientadora: Carina Lopes de Souza (4).

RESUMO: Este artigo dedica atenção aos temas da responsabilidade civil do Estado e do servidor público nos acidentes de trânsito envolvendo veículos oficiais e a respectiva ação de regresso, a partir de uma análise jurisprudencial. O problema de pesquisa abordado é: qual o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acerca da responsabilidade civil do servidor público em acidentes de trânsito com veículos oficiais e da respectiva ação de regresso? O artigo tem como objetivo geral investigar qual o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul acerca da responsabilidade civil do servidor público em acidentes de trânsito com veículos oficiais e da respectiva ação de regresso. Os objetivos específicos são: a) contextualizar o instituto da responsabilidade civil do Estado; b) examinar os contornos da responsabilidade do servidor públi-

co em acidentes de trânsito com veículos oficiais e c) analisar o instituto da ação de regresso, enfatizando os critérios adotados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul para caracterização da responsabilidade civil do Estado e do servidor público. Utilizou-se o método de abordagem dedutivo, acompanhado pelo método de procedimento bibliográfico. A pesquisa jurisprudencial foi realizada a partir de uma busca junto ao sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, empregando-se as seguintes palavras-chave: “ação de regresso”, “responsabilidade civil do Estado”, “acidente de trânsito” e “viatura”. Foram selecionados somente acórdãos cíveis relativos ao período entre 01/01/2021 e 30/05/2024. Com base nesses critérios, foram obtidas 7 decisões. Entre as decisões obtidas, foram examinadas apenas 3 que guardam relação direta e imediata com a temática abordada na pesquisa. A partir da análise jurisprudencial realizada, conclui-se que o tema é complexo e exige soluções efetivas para a proteção das vítimas e adequada responsabilização do Estado e do servidor público. A falta de clareza e uniformidade na interpretação das normas legais, aliada à morosidade da Justiça são desafios a serem superados. É fundamental buscar aprimorar a legislação para garantir a proteção das vítimas sem penalizar o servidor público que cumpriu o seu dever em prol do interesse coletivo. Assim, este trabalho procura contribuir para o debate acerca do tema e fomentar novas reflexões para prevenir e reparar danos em acidentes de trânsito envolvendo veículos oficiais.

PALAVRAS-CHAVE: Ação de Regresso; Acidente de Trânsito; Responsabilidade Civil do Estado; Veículos Oficiais.

Pensão alimentícia para pets em caso de separação: um novo olhar jurídico

Autor (1): Gabriele Caroline Wetter Sprandel. Professora Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer

RESUMO: A discussão sobre a pensão alimentícia para animais de estimação em casos de separação conjugal tem ganhado destaque no Brasil. Este resumo analisa o potencial impacto de uma legislação específica nesse contexto, considerando o bem-estar dos pets e as relações entre ex-cônjuges. Como tal legislação poderia influenciar o bem-estar dos animais e o relacionamento entre os ex-parceiros? Os animais de estimação têm ganhado um papel cada vez mais significativo nas famílias contemporâneas, sendo vistos como verdadeiros membros da família. No âmbito jurídico, surgem conceitos como “família multiespécie” e são discutidos os direitos dos animais; na vida cotidiana, a relação entre humanos e animais evoluiu para algo mais próximo, com donos tratando seus pets como filhos, levando-os em coleiras, vestindo-os com roupas coloridas, comemorando aniversários e inaugurando hotéis exclusivos com diversas atividades para os bichos. Com isso, surgem novas questões legais e emocionais, especialmente em casos de separação conjugal. Atualmente, a legislação brasileira não prevê a pensão alimentícia para animais de estimação em situações de separação. O bem-estar animal tem se tornado uma

preocupação crescente, e com isso, surge a necessidade de uma legislação mais específica e protetiva. Apesar de os animais ainda serem tratados como propriedade de uma pessoa e não como sujeitos de direito pelo Código Civil, já existe um projeto de lei (PL 27/18) aprovado na Câmara dos Deputados que visa modificar essa situação jurídica para que os animais sejam reconhecidos como seres que possuam sensibilidade e consciência. Em um julgamento, no ano de 2018, a Quarta Turma do STJ considerou ser possível a regulamentação judicial as visitas a animais de estimação após o fim de uma união estável, onde a maioria dos ministros confirmou a decisão do TJSP, que estabeleceu um regime de visitas para que o ex-companheiro pudesse continuar convivendo com uma cadela yorkshire que ficou com a ex-parceira após a separação. A proteção dos animais de estimação como membros da família requer uma abordagem legal adequada. Uma análise de literatura e casos judiciais revelou uma maior conscientização sobre seus direitos e a necessidade urgente de regulamentação específica. Concluímos que é crucial que o judiciário reconheça os pets como membros da família e leve em conta suas necessidades durante processos de separação. Sugerimos, portanto, a elaboração de legislação específica para garantir o bem-estar dos animais de estimação em casos de divórcio.

PALAVRAS CHAVE: Direito dos Animais, Legislação, Pensão Alimentícia, Pet, Separação Conjugal.

Separação obrigatória de bens: a viabilidade para maiores de 70 anos escolher seu regime de casamento

Autor: Valéria Puhl (1). Professora orientadora: Jéssica Cindy Kempfer (2)

RESUMO: O artigo 1.641 do Código Civil prevê a obrigatoriedade do regime de separação obrigatória de bens quando o matrimônio envolve pessoas com mais de 70 anos. Mas o Supremo Tribunal Federal vem discutindo a possível alteração e declaração de inconstitucionalidade do inciso II do artigo mencionado. O método de pesquisa empregado foi de forma bibliográfica e como método de abordagem dedutiva. Sendo assim, o problema da presente pesquisa cinge-se em: quais formas ou meios para que os maiores de 70 anos possam escolher seu regime de casamento no ato do matrimonial? Pretende-se, como objetivo, analisar, diante disso a autonomia individual das pessoas de idade, a importância relacionada a dignidade da pessoa humana e limitar a intervenção do Estado nas relações familiares. Manter a impossibilidade dos maiores de 70 anos de escolher o regime de bens desrespeita a autonomia e o direito de autodeterminação. O preconceito de não dar a opção de liberdade de escolha e trata-la de forma paternalista e discriminatória, limitou os direitos fundamentais para esses idosos escolherem por qual regime pretendem casar e

o eventual prejuízo patrimonial, presumindo sua incapacidade. São pessoas capazes de decidir sobre os atos da vida civil, estão em pleno gozo de suas faculdades mentais, podendo por exemplo, votar nas eleições, julgar casos extremamente complexos e vultosos e comandar grandes corporações, exemplo são os ministros que já tem mais de 70 anos ou que estão perto dessa idade mantendo decisões nos ministérios. Dessa forma, defende se a ideia pela expressa manifestação de vontade do casal. Casais podem optar por qualquer um dos regimes de bens previstos na legislação brasileira, permitindo suas escolhas para darem destinos aos seus bens, sem discriminação devido a idade e respeitando o princípio da dignidade humana. Como resultado final, na prática os casais poderão ter a oportunidade de escolher qual regime será adotado por expressa manifestação de vontade das partes mediante escritura pública ou um termo apresentado no registro civil devidamente registrado. As pessoas já casadas pelo regime da separação de bens poderão também pedir a alteração do regime. Para esses casos, a alteração produzirá efeitos somente para o futuro, não sendo permitidos efeitos retroativos.

PALAVRAS-CHAVE: Autonomia, Direito de Escolha, Escritura Pública, Separação de Bens.

Reconhecimento legal e proteção jurídica das uniões poliafetivas no Brasil

Autor: Gabriele Dos Santos Ribeiro.
Professora Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer

RESUMO: A união poliafetiva é caracterizada por relacionamentos íntimos que envolvem mais de duas pessoas com consentimentos de todos envolvidos. Diante dessas mudanças, o que antes era inaceitável torna-se mero fato corriqueiro e praticado como coisa comum nos meios sociais, desafiando as estruturas jurídicas tradicionais que geralmente conhecem apenas relacionamentos monogâmicos. À medida que esses relacionamentos se tornam mais comuns, emergem questões jurídicas complexas principalmente no que diz respeito ao reconhecimento legal e a divisão de bens em caso de separação. A falta do reconhecimento deixa os parceiros sem proteção adequada, dificultando a gestão dos seus bens e direitos parentais e acesso a benefícios. Contudo, mesmo inexistindo qualquer previsão legal, isso não se torna um impedimento para ocorrer vínculos entre duas, três ou mais pessoas. Sendo assim, tem-se como problema: é possível reconhecer o poliamor no Brasil? Como objetivo, pretende-se pesquisar formas de oferecer proteção e segurança jurídicas aos envolvidos. A falta de reconhecimento legal resulta na ausência de proteção em áreas como direito civil, previdenciário e especialmente na divisão de bens em caso de separação. Na busca de adaptações, podem ser

feitos contratos de coabitação que visem estabelecer claramente a propriedade, bens e responsabilidades financeiras de cada um. Pode, ainda, ser feito o acordo de parceria que funciona de maneira similar ao pacto pré-nupcial, especificando como os bens serão divididos e como as questões financeiras devem ser administradas. Em caso de falecimento, tem-se testamentos específicos que podem assegurar que os bens sejam distribuídos de acordo com os desejos dos parceiros, independentemente do reconhecimento legal da união. Este processo oferece uma solução legalmente vinculativa para a distribuição de bens após a morte. É essencial que os parceiros trabalhem em conjunto com advogados especializados em planejamento patrimonial para criar estratégias que reflitam suas intenções e protejam os interesses de todos os envolvidos na relação poliamorosa. Conclui-se, assim, que diante da evolução da sociedade, é mister que o direito proteja as liberdades individuais e o direito subjetivo à dignidade humana, e as uniões poliafetivas fazem parte dessa realidade. Assim, a família conjugal poliafetiva deve ser reconhecida e protegida pelo Estado, o que proporcionará uma igualdade entre as famílias, o respeito a seus entes formadores e, principalmente, a proteção do ser humano, objeto principal do nosso Direito. O método de abordagem utilizado foi o indutivo e no procedimento bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Divisão de bens, Reconhecimento legal, União poliafetiva.

Concubinato no Brasil: desafios e impactos jurídicos

Autor: Felix Rafael Thomas (1); Coautora: Gabriele dos Santos Ribeiro (2);
Professora Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer (3)

RESUMO: O estudo sobre o concubinato e seus impactos jurídicos torna-se cada vez mais relevante em um contexto de transformações sociais e legais. A pesquisa se propõe a identificar e verificar os impactos legais do concubinato, especialmente os direitos do cônjuge que desconhece o casamento oculto do parceiro, e, conseqüentemente, pratica o concubinato. Dessa maneira, atualmente, os novos modelos de famílias refletem em mudanças sociais e na legislação. Assim, o reconhecimento e garantia dos direitos das concubinas têm se tornado uma questão importante a ser abordada, já que o concubinato não é permitido legalmente no Brasil. Nesse sentido, a problemática desta pesquisa cinge-se em: quais são os impactos jurídicos e as possibilidades de reconhecimento de direitos para o cônjuge que desconhece o casamento oculto do parceiro? Dessa forma, busca-se analisar os efeitos legais do concubinato, investigando a possibilidade de reconhecimento de direitos para as concubinas. Para isso, pretende-se investigar a legislação pertinente ao concubinato, analisar casos jurídicos e jurisprudência relacionadas a estes casos. Foi utilizada uma abordagem bibliográfica, baseando-se na análise de textos

legais, jurisprudência, artigos científicos que possuem relação com o concubinato. Esta análise dos casos jurídicos foi direcionada a identificar qual foi a tomada de decisão e critérios adotados para o reconhecimento de direitos para as pessoas que praticam o concubinato. Após as pesquisas e análises dos casos, bem como a reflexão sobre as questões legislativas relacionadas ao concubinato, conclui-se que, quando há o reconhecimento de uma união estável, os direitos são aplicados conforme previsto em lei para a união estável. Por outro lado, quando a relação não é reconhecida como união estável, os concubinos podem ainda assim buscar direitos como a partilha de bens, pensões e outros direitos, dependendo das circunstâncias e do entendimento judicial. Para isso, é necessária a comprovação da convivência com a parte impedida de possuir uma relação e sua contribuição para a construção do patrimônio naquela relação. Também, a falta de uma legislação específica para esses casos de concubinato pode ser um problema para o sistema jurídico. Desse modo, é necessária, no ordenamento jurídico, uma abordagem mais clara e que regulamente o concubinato para garantir justiça e equidade de direitos para todas as partes envolvidas nestas relações, facilitando a tomada de decisões pelos tribunais. Para isso, sugere-se a criação de uma legislação mais abrangente e específica que aborde as complexidades do concubinato, promovendo assim a justiça e a paz social.

PALAVRAS-CHAVE: Casamento oculto, Concubinato, Direito de Família, Direitos do Cônjuge, Reconhecimento.

Aspectos jurídicos da guarda de animais domésticos

Autora: Pâmela Soares Rosolen; Co-autor: Cleberson Marcio de Almeida Martins; Co-autor: Alexandre Rittes Medeiros; Orientadora: Profa. Jéssica Cindy Kempfer

RESUMO: Resumo: O conceito de família é múltiplo, constituindo a base da sociedade. É definida através do afeto, o que permite a existência da família multiespécie, onde humanos convivem, de forma compartilhada, com seus animais de estimação – pets (Alves, 2021), por vezes, considerados filhos (Valle; Borges, 2018). De acordo com o Código Civil, ao tratar de filhos humanos, dá-se preferência à guarda compartilhada quando há a separação dos genitores. Contudo, tratando dos pets, não há legislação específica, haja vista ainda serem classificados como um bem semovente, objeto de apropriação do homem (Siqueira, 2018), cabendo ao operador de direito utilizar técnicas de interpretação como analogia para resolver conflitos nessa esfera (Valle; Borges, 2018). Frente à crescente presença de pets no âmbito familiar, é necessário analisar sua guarda após dissolução do relacionamento. Nesse sentido, questiona-se: é possível equiparar o pet a um filho, no processo de guarda, no fim da composição familiar? Diante da afetividade envolvida, infere-se que sim. O presente resumo objetiva apresentar a concepção atual sobre família e categorizar

os pets, conforme legislação. Além de analisar o interesse sobre sua guarda, através de estudo indutivo, pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa realizada foi respondida por 50 participantes, onde: 25 estão uma relação, 26 não possuem filhos e apenas 09 não possuem pet. Destes, todos afirmaram que os pets têm sentimentos e 31 acreditam ser viável a guarda compartilhada. Bem como 31 são a favor de existir lei própria sobre o tema, sendo relevante para a sociedade, conforme 40 participantes. O exposto na pesquisa condiz com o encontrado na bibliografia e estudos sobre a capacidade afetiva dos animais, não condizendo com a classificação de bens semoventes, mas sim seres sencientes. Sendo considerados membros da família, como descrito na pesquisa realizada por Giumelli e Santos (2016). Nesse sentido, o entendimento social sobre família é oposto ao descrito em lei. Em conformidade com o encontrado, diversos projetos de lei estão sendo propostos, visando regularizar a guarda dos pets, como o Projeto de Lei n.º 4375, de 2021. Assim como criação de jurisprudência, proferida pelo Ministro Salomão, que traz um apelo uníssono: atribuir direitos aos animais, passando a serem tutelados no processo de guarda. Diante dos resultados obtidos, através da análise bibliográfica e pesquisa de campo, infere-se que o ordenamento jurídico encontra-se defasado, necessitando adequar-se às necessidades atuais, criando legislação específica regulamentando o processo de guarda dos pets.

PALAVRAS-CHAVE: Animais de estimação, Família afetiva, Regulamentação de guarda.

Alimentos avoengos

Autor: Aline da Rocha Falcão. Professora orientadora: Jessica Cindy Kempfer

RESUMO: Este resumo aborda a temática dos alimentos avoengos, destacando sua importância e as controvérsias que surgem quando o suporte financeiro é provido pelos avós. Sobre o tema, os pais são os primeiros obrigados a prover sustento. Assim, seguindo um tipo de pesquisa descritiva e bibliográfica, pretende-se responder a questão: Quando os avós podem ser também obrigados a pagar pensão para os netos? Os nominados alimentos avoengos possuem caráter subsidiário pois são utilizados depois que todos os meios das fontes principais, ou seja: os pais, tenham se esgotado. Segundo o artigo 229 da Constituição brasileira e o art. 1696 do Código Civil existe a reciprocidade de obrigação de assistência entre pais e filhos, enfatizando ainda mais o tema já existe uma Súmula no STJ que prevê sobre o assunto aqui referenciado. Desde 2017, tem-se consolidado o entendimento jurisprudencial de que a obrigação assistencial dos avós possui caráter eminentemente complementar. Esta visão não os posiciona como substitutos dos pais na obrigação de prover alimentos, mas como uma fonte adicional de suporte em circunstâncias específicas. Tal responsabilidade pode ser atribuída aos avós maternos e paternos quando evidenciado judicialmente que os pais não possuem condições financeiras suficientes para sustentar os filhos. Nesse con-

texto, o valor da pensão é determinado em juízo e dividido entre os avós, levando em consideração as disparidades entre suas rendas, que raramente são equivalentes. Destaca-se que, diante da comprovação de inadimplência dos pais e da capacidade financeira dos avós, estes podem ser convocados a suportar integralmente a pensão alimentar. Esse mecanismo visa a subsistência do menor, mas é importante considerar que muitos avós são idosos e beneficiários das proteções conferidas pelo Estatuto do Idoso. Assim, embora possam ser incluídos no processo para cumprir com a obrigação alimentar dos netos, tal medida tem como objetivo primordial a solidariedade familiar e a preservação da dignidade humana, assegurando o bem-estar do menor em situação de necessidade.

PALAVRAS-CHAVE: Avós, Alimentos Avoengos, Obrigação Subsidiária.

A (in)eficácia da Lei Maria da Penha

Autora: Nadiane Chaves Silveira. Coautora: Tamires Gabriela dos Santos Bettio. Coautor: Volmir Marques. Orientador: Angelo Marcos Dorigo.

RESUMO: A Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada com a finalidade de desenvolver mecanismos para reprimir a violência doméstica e familiar contra a mulher, utilizando-se de implantação de programas e medidas específicas. Em que pese a Lei vise a proteção e tranquilidade da vítima, os números de violência seguem altos, bem como o número de descumprimento das medidas aplicadas. Nesse contexto, o presente trabalho questiona: há plena eficácia na aplicação das medidas protetivas de urgência? E qual a atribuição do Estado com relação à violência contra a mulher? O objetivo do presente projeto é analisar se as medidas protetivas de urgência atendem a finalidade e, verificar a participação do Estado no que tange à proteção da vítima. A pesquisa foi realizada por procedimento bibliográfico e abordagem dedutiva. A finalidade das medidas protetivas de urgência é erradicar a violência contra a mulher e garantir seus direitos fundamentais. (Lima, 2012) O descumprimento das medidas é o único crime tipificado da LMP previsto no artigo 24, podendo gerar ao agressor detenção de três meses a dois anos. (Brasil, 2018) Ainda que presentes os dispositivos legais para combater a violência, esta vem crescendo a cada dia, sendo que no ano de 2023 ocorreu um aumento de 22%, bem

como nos casos de feminicídio, tal cenário coloca a mulher em um estado ainda maior de fragilidade e hipossuficiência, fazendo com que se cale diante das agressões, tornando o silêncio o maior aliado da violência. (Oldoni, 2008) Considerando que 80% das disposições da LMP são direcionadas à políticas públicas, importa questionar qual a colaboração do Estado para a proteção da mulher. O papel do Estado limita-se na elaboração de um boletim de ocorrência, sendo que após seu registro a mulher é devolvida à vida habitual sem qualquer ajuda psicológica e sem segurança, justamente no momento em que o agressor, na maioria dos casos, encontra-se irado após a representação. Apenas a decisão judicial de afastamento não garante a proteção da vítima, sendo que o descumprimento acontece com frequência e em grande parte dos casos resulta em feminicídio. (Schwingel, 2020) Diante do exposto, podemos concluir que a Lei Maria da Penha, revela-se ineficaz especialmente no que diz respeito às medidas protetivas de urgência, tendo em vista o desamparo após a representação. Relativamente ao Estado, verificamos a sua impotência, ante à escassez de recursos e, um número insuficiente de políticas públicas. Portanto, em que pese as medidas sejam bem elaboradas, não podemos considerá-las eficazes, tendo em vista a inexistência de fiscalização e estrutura.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas protetivas. Violência doméstica.

Como é a vida das crianças e adolescentes em abrigos

Débora Antunes da Rosa; Profa. Me. Gabriele Severo da Silva

RESUMO: A vida das crianças e adolescentes em abrigos é marcada por desafios e complexidades que influenciam profundamente seu desenvolvimento emocional, social e psicológico. Estes jovens são geralmente colocados em abrigos devido a situações de vulnerabilidade, como negligência, abuso, abandono ou a incapacidade dos pais de prover um ambiente seguro e estável. Neste artigo, exploraremos os principais aspectos da vida dessas crianças e adolescentes em abrigos, abordando suas rotinas diárias, os impactos emocionais, os desafios educacionais e as oportunidades de reintegração social. Desta forma, foram realizadas revisões bibliográficas, por meio de livros, artigos e resumos que tratam o assunto, de forma a auxiliar a compreensão de suas rotinas, e o impacto disso no retorno social. A rotina diária em um abrigo é geralmente estruturada e regulada para proporcionar estabilidade e segurança às crianças e adolescentes. As atividades incluem horários fixos para refeições, estudos, atividades recreativas e descanso. Essa estrutura é fundamental para criar um ambiente previsível que ajuda a reduzir a ansiedade e o estresse associados à incerteza que muitas dessas crianças experimentaram antes de serem acolhidas. A educação é um aspecto fundamental na vida

de qualquer criança ou adolescente, e em abrigos não é diferente. No entanto, esses jovens frequentemente enfrentam desafios adicionais no ambiente escolar, incluindo lacunas no aprendizado, dificuldade de concentração e, em alguns casos, estigmatização por parte de colegas e professores. Além disso, a criação de um ambiente de estudo dentro do abrigo, com acesso a materiais educativos e tecnologia, é essencial para promover a continuidade e o sucesso escolar. A reintegração social é um objetivo central dos programas de acolhimento. A preparação para a vida adulta também é uma preocupação importante. Programas de desenvolvimento de habilidades de vida, como gestão financeira, habilidades domésticas e orientação vocacional, são implementados para garantir que os adolescentes estejam preparados para a independência. A vida das crianças e adolescentes em abrigos é complexa e desafiadora, mas com o suporte adequado, essas jovens vidas têm a oportunidade de superar adversidades e construir um futuro positivo. A combinação de um ambiente estruturado, suporte emocional, atenção educacional e preparação para a reintegração social é essencial para promover o bem-estar e o desenvolvimento saudável desses indivíduos. É fundamental que a sociedade como um todo reconheça e apoie esses esforços, garantindo que todas as crianças e adolescentes tenham a chance de viver em segurança, dignidade e esperança.

PALAVRAS-CHAVE: Abrigos, Acolhimento, Reintegração.

GT5

Gestão e Políticas Públicas

Grupo de Trabalho 5 reúne produções que revelam a interface entre Direito, gestão pública e políticas sociais, examinando como decisões estatais, marcos legais e práticas institucionais influenciam de forma direta a vida em sociedade. Neste ambiente, o foco desloca-se do texto normativo para seus efeitos concretos, evidenciando desafios de implementação, lacunas jurídicas, avanços regulatórios e impactos sociais.

Os estudos apresentados problematizam desde o uso de armas de fogo em legítima defesa até a efetividade dos recursos processuais; passam pela inclusão digital como porta de acesso à cidadania e analisam a proteção alimentar entre ex-cônjuges; ampliam ainda o debate sobre a responsabilidade do Estado e da sociedade na transição de jovens que deixam instituições de acolhimento. Em comum, apontam que não basta haver leis: é preciso que elas estejam alinhadas a estruturas de proteção, acesso e igualdade.

Este GT propõe, portanto, um olhar crítico sobre como o Estado atua quando garante direitos, quando se omite e quando delega responsabilidades. A gestão pública e o Direito, aqui, não são tratados apenas como sistemas formais, mas como escolhas sociais que revelam prioridades, desigualdades e oportunidades de transformação.

Mais do que respostas prontas, este espaço convida à reflexão coletiva: quais políticas queremos fortalecer? Que práticas precisam ser repensadas? Como o conhecimento acadêmico pode influenciar decisões que afetam vidas fora da universidade?

A partir dessas questões, o GT5 abre o diálogo, reconhecendo que pensar políticas públicas é, antes de tudo, assumir o compromisso de transformar realidades.

Armas de fogo e legítima defesa: como o direito penal brasileiro aborda o uso de armas em situações de defesa legítima

Willian Zottis Grapiglia Acadêmico do curso de Direito ULBRA Carazinho.
Orientador: prof. Angelo Marcos Dorigo, Docente do nome do curso de
Direito ULBRA Carazinho

RESUMO: Diante do cenário atual de insegurança que toma conta da sociedade em um todo, indo em todos os setores socioeconômicos, o debate sobre o direito ao acesso às armas de fogo tem tomado grandes proporções. Em virtude disso surge uma indagação, como é abordado pelo direito penal brasileiro a legítima defesa exercida mediante emprego de armas de fogo? Analisar a interpretação e aplicação do direito penal brasileiro frente aos casos de legítima defesa envolvendo uso de armas de fogo. Será realizado por meio do método descritivo-dedutivo, por meio de uma pesquisa bibliográfica. - O artigo 25 do Código Penal, ao estabelecer o agir em legítima defesa, não faz distinção e não define o meio a ser utilizado para repelir a atual ou iminente agressão injusta, apenas exige que seja ele utilizado moderadamente. (Brasil, 1940).). Para a configuração de legítima defesa é preciso a identificação da necessidade, moderação e imediatidade da reação. Portanto, para que se possa utilizar uma arma de fogo para a legítima defesa da vida, deve haver uma agressão injusta que seja atual ou iminente, e deve-se utilizar moderadamente os

meios que se tenha a disposição para afastar tal agressão. (Brasil, 1940). Tendo como base o artigo 23 do Código Penal, a legítima defesa é uma excludente de ilicitude, e por isso não existe pena para quem comprove que agiu sob a necessidade de proteger sua vida ou integridade física. (Masson, 2015). No direito penal brasileiro, o amparo pela legítima defesa está relacionado com a proporcionalidade dos meios empregados, inclusive armas de fogo, desde que dentro dos três parâmetros necessidade, moderação e imediatidade. Diante do exposto, nota-se que para fim de legítima defesa, pouco importa o instrumento que foi empregado para repelir a injusta agressão e manutenção da integridade física e da vida. Neste campo o que realmente tem valia no direito penal é se existiu a necessidade do ato, se houve a imediatidade, ou seja, se foi praticado o ato no momento de perigo e se o meio escolhido foi empregado moderadamente e exclusivamente só até cessar a injusta agressão, não cometendo excesso ao se utilizar desse mecanismo (número de disparos, por exemplo). Assim, para que o crime de homicídio com uso de arma de fogo seja interpretado como um possível ato de legítima defesa, é crucial que esses critérios sejam precisamente analisados e se mostrem presentes.

PALAVRAS-CHAVE: Armas de fogo, Imediatidade, Legítima defesa, Moderação, Necessidade.

A vida após o abrigo: como políticas públicas podem contribuir com o desenvolvimento social de jovens desabrigados

Autor (1) Maria Eduarda Schuika; Co-autor (1) Camyle Corrêa; Co-autor (2)
Maria Eduarda Machado; Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer.

RESUMO: A maioria traz com ela a ansiedade nos jovens, e esta ansiedade é mais frequente em abrigos do Brasil, já que mais de 50% das crianças e adolescentes que ali vivem não têm um local seguro e confiável para viver e nem estrutura financeira e psicológica para enfrentar a vida sozinha após completarem a maioria. O presente resumo explora como jovens são negligenciados após a saída do abrigo e como empresas e políticas públicas podem colaborar com o desenvolvimento destes que são tão prejudicados, já que a grande parte dos jovens não possui familiares para recebê-los. Ao completar 18 anos, jovens têm que se retirar dos abrigos onde passaram toda sua vida ou grande parte dela. A transição da juventude para a vida adulta é uma mudança crucial para o futuro dos desabrigados, já que enfrentam desafios, especialmente na hora da inserção no mercado de trabalho. Os jovens não estão preparados para prover seu próprio sustento e muitas das vezes não têm experiências, dificultando sua contratação em algumas empresas. Políticas públicas são essências para

o desenvolvimento da sociedade em geral, dando ênfase para este projeto, melhoraria a vida dos jovens após a saída obrigatória do abrigo. O Governo aliado com a sociedade civil pode pensar em projetos onde empresas possam atuar no acolhimento do jovem para a inserção profissional no mercado de trabalho, criando oportunidades, possibilitando sua capacitação e formação profissional, relacionadas às demandas da empresa parceira, deixando mais leves os desafios da transição para a vida adulta. É de suma importância ressaltar que este projeto não busca somente capacitar e melhorar a vida destes jovens, mas faz uma abordagem inovadora, investir na capacitação de desabrigados após a maioridade não apenas melhora sua perspectiva de emprego e renda, mas também da vida como um todo, pois a mudança para a vida adulta é drástica. O método de procedimento adotado foi o bibliográfico e na abordagem, o dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção, Abrigos, Capacitação, Maioridade, Políticas Públicas.

A inclusão digital e o registro de boletim de ocorrência online

Autora: Laraine Lemos Costa (1); Co-autor: Cleberson Márcio de Almeida Martins (2); Co-autor: Volmir Marques; Orientadora: Carina Lopes de Souza (4).

RESUMO: Esta pesquisa aborda o tema da inclusão digital, dedicando especial atenção à análise dos procedimentos indispensáveis para o registro de boletim de ocorrência online. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os contornos da inclusão digital, especialmente no que diz respeito ao registro do boletim de ocorrência online. Além disso, foram estabelecidos objetivos específicos, incluindo: a) contextualizar os contornos da inclusão digital; b) explicar de forma clara e objetiva o passo a passo para a realização do boletim de ocorrência online; c) compilar os dados levantados em uma cartilha informativa. No processo de pesquisa, empregou-se o método de abordagem dedutivo aliado ao método de procedimento bibliográfico. A partir da pesquisa, constatou-se que a inclusão digital é uma condição fundamental para o exercício pleno da cidadania na atualidade, estando atrelada ao acesso e à compreensão dos cidadãos em relação ao ambiente digital (Stecanella; Silva, 2022). Com base nessa abordagem, foi possível conduzir a pesquisa de forma estruturada, visando levantar os procedimentos necessários para o registro do boletim de ocorrência online. Assim, estruturou-se o conteúdo da carti-

lha informativa de modo consistente, reunindo subsídios para a inclusão digital nesse campo. O projeto foi desenvolvido com o intuito de proporcionar aos cidadãos uma ferramenta prática e informativa para auxiliar no processo de registro de ocorrências. A cartilha foi elaborada de forma didática e acessível, com linguagem clara e direta, ilustrações e exemplos práticos para facilitar a compreensão do público-alvo. Além disso, foi disponibilizada online, de forma gratuita, para que qualquer cidadão interessado possa ter acesso às informações contidas na cartilha. Como considerações finais, salienta-se a importância da inclusão digital para o exercício da cidadania. Assim, entende-se que a cartilha fornece ao cidadão uma ferramenta prática e informativa para facilitar seu acesso e compreensão em relação ao boletim de ocorrência online, contribuindo assim para o exercício da cidadania e para a inclusão digital.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Digital; Boletim de Ocorrência; Boletim Online; Cartilha Informativa.

Alimentos vitalícios entre ex-cônjuges

Autor: Natália Pereira Roque; Orientador: Jéssica Cindy Kempfer

RESUMO: Este resumo busca responder à seguinte pergunta: quais são os requisitos utilizados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para o deferimento de alimentos vitalícios a ex-cônjuges? Conforme o artigo 1.694, § 1º, do Código Civil, a mútua assistência após a separação é garantida somente quando há demonstração de dependência econômica de uma parte em relação à outra. Atualmente, o Direito de Família adota o binômio necessidade-possibilidade, segundo o qual os alimentos devem ser fixados conforme a necessidade de quem recebe e a capacidade financeira de quem paga. A questão surge devido a uma lacuna jurídica na legislação brasileira, que não define claramente os critérios para a concessão de alimentos vitalícios a ex-cônjuges. Assim, o objetivo deste estudo é verificar os critérios adotados pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no período de janeiro de 2016 a maio de 2024, para o deferimento de alimentos vitalícios a ex-cônjuges, por meio de pesquisa jurisprudencial. Durante esse período, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul proferiu poucas decisões sobre a prestação de alimentos vitalícios a ex-cônjuges, devido à natureza excepcional dessa medida. Nesses casos, as decisões consideram a concessão de alimentos como uma medida transitória, observando o binômio necessidade-possibilidade. A prestação vitalícia é deferida apenas quando com-

provada a imprescindibilidade da obrigação. Segundo a pesquisa jurisprudencial, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul aponta como requisitos para o deferimento dos alimentos vitalícios a impossibilidade de uma das partes prover a própria subsistência devido à dependência econômica e à inaptidão para exercer atividades laborais. Esses requisitos envolvem questões como idade avançada e falta de experiência no mercado de trabalho, associadas ao fato de uma das partes ter se dedicado por muitos anos exclusivamente aos trabalhos domésticos e cuidados com o lar. Analisando as decisões, observa-se que nenhuma delas concedeu alimentos vitalícios aos ex-cônjuges, devido ao não cumprimento dos requisitos mencionados e à não conformidade com o binômio necessidade-possibilidade. Portanto, depreende-se que a jurisprudência entende os alimentos vitalícios para ex-cônjuges como uma medida excepcional. Embora não haja decisões concedendo tais alimentos no período mencionado, a jurisprudência delimita os requisitos para essa concessão. O método de procedimento foi o documental, com análise de julgados, adotando uma abordagem indutiva.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentos Vitalícios; Direito de Família; Ex-cônjuge; Mútua-Assistência.

Recursos do Código de Processo Civil

Autor: Volmir Marques. Coautora: Nadiane Chaves Silveira. Coautora: Tamires Gabriela dos Santos Bettio. Orientadora: Jéssica Cindy Kempfer.

RESUMO: O presente trabalho acadêmico visa uma abordagem dinâmica dos diversos tipos de Recursos utilizados e demandados no Direito brasileiro. O rol taxativo dos Recursos jurídicos em espécie de acordo com o Código de Processo Civil sendo estes: Recurso de Apelação, Recurso Adesivo, Agravo de Instrumento, Agravo Interno, Embargos de Declaração, Recurso Especial, Recurso Extraordinário, Agravo em Recurso Especial e Extraordinário. Quanto a tempestividade dos Recursos supracitados quase que sua totalidade é de 15 dias tanto para interposição quanto para resposta. A exceção feita ao recurso de Embargos de Declaração sendo este de 5 dias. O prazo conta em dobro para Fazenda Pública, Ministério Público e Defensoria Pública. Diante do exposto, o atual CPC com seu rol de Recursos atende à demanda jurídica necessária no Direito brasileiro? E ainda tais recursos são efetivos? O objetivo do trabalho ora em pauta é esclarecer a utilização dos Recursos Jurídicos como institutos do Direito de maneira peculiar, avaliando sua efetividade, bem como a aplicação dos mesmos a partir do Código de Processo Civil de 2015. A metodologia utilizada foi método de abordagem dedutivo, através de artigos científicos publicados via internet e de procedimento bibliográfico documental com pesquisa a partir

de dados obtidos no Código de Processo Civil e Obras Jurídicas disponibilizadas na plataforma aula da ULBRA (Universidade Luterana do Brasil).O presente estudo acadêmico demonstrou que o rol taxativo de Recursos jurídicos existente e demandados no direito brasileiro têm sua efetividade garantida dentro do contexto em que o Recurso foi elaborado pelo legislador. Quanto à efetividade na sua maioria absoluta os recursos possuem efeito devolutivo, logo não possuem força para suspender os efeitos de uma decisão proferida em juízo. A exceção a tal condição fica por conta do Recurso de Apelação que, de acordo com o Art. 1.012 do CPC dispõe expressamente que o mesmo possui efeito suspensivo; tal condição foi bastante criticada diante a publicação do CPC, ainda que para alguns juristas isto signifique a preservação da segurança jurídica. Uma segunda exceção à regra está no incidente de resolução de Demandas Repetitivas, no julgamento do mérito do incidente caberá Recurso Extraordinário ou Especial e conforme o caso sujeito a efeito suspensivo, prevendo a repercussão geral da questão constitucional eventualmente em discussão. Diante do exposto, os recursos podem ser definidos como uma ferramenta para provocar o judiciário ao reexame de uma decisão, com o objetivo de reformá-la. Essa ferramenta deve ser interposta de forma voluntária, pelo legitimado. Atribuir efeito ao recurso está na concepção do juízo de mérito e só incide se for preenchido todos os requisitos de admissibilidade, podendo ser lhe atribuído efeito devolutivo à apreciação do Tribunal, bem como efeitos suspensivos no caso do Recurso de Apelação e Recurso de Demandas Repetitivas.

PALAVRAS-CHAVE: Efetividade, Processo, Recurso.

ESTE LIVRO FOI COMPORTO EM
MINION PRO PELA ACERVUS EDITORA



ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br



O FÓRUM DE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO DA ULBRA CARAZINHO REAFIRMA O COMPROMISSO DA NOSSA UNIVERSIDADE COM A INTEGRAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO CIENTÍFICO, FORMAÇÃO ACADÊMICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL. ESTE EVENTO ANUAL É UM ESPAÇO DE ENCONTRO E DIÁLOGO QUE PROMOVE A PRODUÇÃO COLETIVA, APROXIMANDO ESTUDANTES, PROFESSORES E COMUNIDADE DAS EXPERIÊNCIAS QUE CONECTAM TEORIA E PRÁTICA, CIÊNCIA E TERRITÓRIO. CADA TRABALHO APRESENTADO REFLETE A DEDICAÇÃO, O ESTUDO E A SENSIBILIDADE ÀS DEMANDAS DA NOSSA REGIÃO. SÃO EVENTOS COMO ESTE QUE MOSTRAM, NA PRÁTICA, O PAPEL DA UNIVERSIDADE, PRESENTE E COMPROMETIDA COM O DESENVOLVIMENTO DOS ACADÊMICOS NAS MAIS DIFERENTES ÁREAS DE ATUAÇÃO.

